Veículo: Tribuna da Bahia
Data: 16/06/2015
Seção: Cidade/Saúde
Página: 13

SAÚDE

Bahia tem déficit de 20% em número de UTIs

YURI ABREU
REPÓRTER

A falta de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) na Bahia, especialmente em Salvador, é um problema crônico de saúde. A situação chegou a tal ponto que o problema não existe apenas na rede pública, como também necessita dos hospitais privados. Por conta disso, em muitos casos, justamente por essa falta de vagas, muitos pacientes não suportam a espera e acabam morrendo.

É exatamente o que não espera a dona de casa, Clarice Anunciação da Hora. Desde o começo da manhã de ontem, ela estava na porta do Hospital Geral do Estado (HGE), aguardando uma vaga na UTI para o irmão, Sebastião, que tomou dois tiros, um na cabeça e outro no braço, no último sábado, quando voltava para casa, em Camaçari, na região Metropolitana.

"Ele está em cima de uma maca, entubado, no Hospital Geral de lá, só recebendo medicação. Estou aqui desesperada aguardando a regulação para conseguir uma vaga em qualquer UTI aqui de Salvador, já que, se ele ficar por lá, acho que não vai sobreviver. Também estou aguardando para que ele faça um exame de tomografia. Eu estou disposta a tudo para ajudar o meu irmão", contou ela, aos prantos. O economista, Antônio dos Santos, passou por situação semelhante na semana passada, quando precisou levar a mãe, que estava passando mal, a uma emergência de um hospital particular, também na capital. "É um verdadeiro absurdo você ter que ficar esperando cerca de seis, sete horas, até ser atendido. Além do acúmulo de pessoas, o que chama bastante a atenção é a falta de higiene desses espaços", reclamou.

De acordo com ele, apesar de os políticos definirem a saúde como prioridade, pouco tem sido feito para melhorar a realidade. Além disso, Santos destaca que o fechamento do Hospital Espanhol, há quase um ano, só piorou a situação. "E o que parece é que não há uma solução a curto prazo para isso. Fala-se muito de saúde, mas são apenas promessas", comentou. Sem atividades desde o ano passado, o Espanhol, que fica na Barra, tinha cerca de 60 leitos de UTI adulto e 12 de UTI Neo-Natal.

REDE PÚBLICA
Para reduzir quadro de falta de vagas, o governo anur

Falta de investimento no setor

Para o Presidente do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Sindhosba), Raimundo Correia, a atual situação de caos com relação à falta de leitos de UTI, se deve aos baixos investimentos na saúde. "Salvador, por exemplo, hoje tem uma carência de leitos por uma razão: há muito tempo que a rede hospitalar na Bahia não cresce. Isso acontece por que basicamente os hospitais grandes do estado são filantrópicos, a rede privada é pequena e como não há uma remuneração específica, um retorno financeiro que justifique o investimento, o capital privado não tem investido em hospital", falou.

Atualmente, de acordo com a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB), a capital baiana tem cerca de 4.500 leitos hospitalares, sendo 469 UTIs. Esses números são das instituições privadas vinculadas a Associação. Segundo o presidente do órgão, Ricardo Costa, há um déficit de 20% no número de leitos em todo o estado.

"O que está faltando é um incentivo por parte do governo em ajudar os hospitais. Além disso, vivemos um problema que é um tripé: a falta de remuneração adequada pelo plano de saúde, a falta de incentivos fiscais e a falta de linhas de crédito para a saúde, com juros baixos e carência, por exemplo. O governo precisa acordar e ajudar um segmento que é de alta complexidade e com mão de obra qualificada.", disse.

Apesar da realidade atual, para Correia, a situação não deve mudar por enquanto. "É uma crise que deve se agravar. Para se ter uma ideia, qual foi o hospital no estado que inaugurou nos últimos, além do Hospital da Bahia? Há 30 anos que a cidade só cresce e a rede hospitalar permanece estática. O resultado é esse que nós estamos vendo atualmente", relatou.

Fotos: Francisco Galvão

cia construção de hospitais

INICIATIVA PRIVADA
A realidade de poucos leitos de UTI também atinge os hospitais particulares

Novos leitos devem ser implantados

Através de nota, a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), reconheceu que há uma falta de leitos de UTI na Bahia, mas ressaltou que a situação acontece em todo o país, como também nas unidades privadas de saúde. Ao todo, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Sistema único de Saúde (SUS), a Bahia tem cerca de 1.270 leitos de UTI e de Unidade Semi-Intensiva na rede estadual.

No entanto, a secretaria informou que só no primeiro semestre deste ano já foram abertos 265 leitos que estavam inativos, tanto em Salvador, como no interior do estado. Destes, 32 são Unidades de Terapia Intensiva. Até o final do ano, ainda segundo o comunicado, serão implantados mais 20 leitos de UTI no Hospital de Paulo Afonso, no norte do estado. O governo também já anunciou a construção de hospitais em Camaçari, Seabra, Ilhéus e em Feira de Santana.

> "É um verdadeiro absurdo você ter que ficar esperando cerca de seis, sete horas, até ser atendido. Além do acúmulo de pessoas, o que chama bastante a atenção é a falta de higiene desses espaços
>
> **Antônio dos Santos**

Veículo: A Tarde
Data: 13/06/2015
Seção: Economia
Página: B5

CONCORRÊNCIA

Ahseb nega prática de cartel no setor de saúde de Feira

DA REDAÇÃO

A Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb) afirmou ontem, por meio de nota, que em momento algum houve conduta irregular ou o suposto esquema de cartelização em Feira de Santana. Anteontem, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) multou a Ahseb, o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Sindhosba) e várias clínicas e hospitais de Feira em R$ 10,9 milhões por prática de cartel.

"A Ahseb buscará, por recurso administrativo perante o próprio Cade e, se necessário, perante o Poder Judiciário, demonstrar que a autoridade administrativa equivocou-se na análise de argumentos processuais, desconsiderou materiais e provas apresentados pela defesa das empresas e da Ahseb, bem como ignorou características específicas do mercado de saúde brasileiro", afirmou a associação.

Na nota, a entidade baiana reafirma "seu respeito à lei de defesa da concorrência e sua confiança nas instituições brasileiras. A Ahseb e seus associados negam qualquer prática anticoncorrencial".

Veículo: A Tarde
Data: 14/04/2015
Seção: Tempo Presente
Página: A2

SOS alvará

A Associação de Hospitais e Serviços de Saúde da Bahia lança amanhã (14h) o *SOS Alvará*, projeto interessante: orientar instituições de saúde na elaboração de projetos arquitetônicos para obtenção ou renovação de licenças na Vigilância Sanitária.

Ricardo Pereira Costa, presidente da entidade, diz que mais de 70% dos processos de abertura de empresas que chegam à Vigilância retornam na primeira avaliação para ajustes, e mais de 50% deles retornam novamente na segunda.

O foco é minimizar essa situação.

Veículo: A Tarde
Data: 15/03/2015
Seção: Salvador
Página: A4

OBSTETRÍCIA Número insuficiente de vagas em maternidades da rede privada leva gestantes a peregrinar por hospitais

GRÁVIDAS SOFREM POR FALTA DE LEITOS

FABIANA MASCARENHAS

A peregrinação por vagas em maternidades de Salvador deixou de ser um problema restrito às mulheres que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS).

As gestantes que pagam por um plano – entre R$ 150 e R$ 500, segundo cotação feita por A TARDE – também não têm encontrado leitos obstétricos disponíveis na rede privada, seja para partos eletivos ou natural.

Segundo o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, existem atualmente 165 leitos obstétricos distribuídos em seis hospitais da capital baiana.

São eles: Aliança, Português, Tereza de Lisieux – que só atende segurados do HAP Vida –, Jorge Valente e Santo Amaro, além da instituição filantrópica Hospital da Sagrada Família.

Este último atende beneficiários de planos na unidade do Monte Serrat, na Cidade Baixa. Os dados são do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), vinculado ao Ministério da Saúde.

A equipe de reportagem circulou por esses hospitais nos últimos dias. Na Maternidade Santo Amaro, por exemplo, a recepção estava lotada de pacientes e familiares na manhã do dia 27 de fevereiro.

Sem se identificar, a repórter procurou saber do recepcionista do Setor de Admissão se havia vaga disponível. A resposta: "Não há vagas, senhora. Está vendo essas gestantes que estão aí? Estão esperando desde a madrugada".

No espaço, cinco gestantes aguardavam por vagas. Entre elas estava M.B, 35, que saiu de Crisópolis, onde mora, às 6h de terça-feira, dia 24, e percorreu os 220 quilômetros até a capital para ter a primeira filha.

Agendou o internamento, segundo ela, seguindo a orientação do próprio hospital, mas ao chegar ao local foi informada de que não havia leito.

"A gente paga um plano uma e outra maternidade à espera de um leito. No dia em que a equipe de A TARDE a encontrou, ela novamente aguardava uma vaga no Santo Amaro: "Há previsão para hoje, mas não souberam me dizer o horário. Tenho fé!".

Superlotação

No Hospital da Sagrada Família, também no dia 27 de fevereiro, havia uma placa no Setor de Admissão informando que o tempo mínimo de espera era de 6h. A reportagem voltou ao local na última quinta-feira e a situação era ainda pior.

Um outro aviso indicava que não havia vagas para in-

No Teresa de Lisieux, a funcionária informou que o local estava cheio. Mas, caso a gestante chegasse, o atendimento seria realizado. "Só não sei que horas", alertou.

No Aliança, não há plantonistas, e os partos só são feitos com o encaminhamento de um obstetra, após a certificação da disponibilidade de leitos.

Na Maternidade Santamaria, do Hospital Português – a maior da cidade atualmente –, a situação estava tranquila no dia em que a equipe de A TARDE esteve no local, mas o coordenador médico, Leomar Lyrio, admitiu que tem sido difícil administrar a demanda. "Precisamos de ações urgentes", afirmou.

REMUNERAÇÃO É UM DOS PRINCIPAIS ENTRAVES

Presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, afirma que um dos principais problemas do setor é a má remuneração dos planos de saúde.

Segundo ele, o custo médio da internação para realizar um parto via cirurgia cesariana, por exemplo, gira

REDE PRIVADA

165 leitos distribuídos em seis hospitais da cidade

- **52** Maternidade Santamaria Hospital Português
- **35** Maternidade do Hospital da Sagrada Família
- **30** Hospital Maternidade Santo Amaro
- **25** Hospital Aliança
- **15** Hospital Teresa de Lisieux
- **8** Hospital Jorge Valente

Fonte: Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) – Ministério da Saúde

Entre **R$ 150 e R$ 500**
Valor médio mensal pago pela gestante para ter um plano de saúde

Fotos Raul Spinassé / Ag. A TARDE

Demanda no Hospital Santo Amaro é uma das maiores da cidade

Instituições carecem de mais leitos em UTI neonatal

No Sagrada Família, aviso informa sobre superlotação

NASCIMENTOS REGISTRADOS

...gente paga um plano caro para ter mais segurança e tranquilidade em um momento desses, mas não adianta. É revoltante o que fazem com a gente", disse, sem querer se identificar.

Dificuldades

Do Santo Amaro, ela foi buscar atendimento no Hospital Jorge Valente, também em vão. "Se eu não tivesse uma tia em Salvador que pudesse me acolher em casa, estaria pagando hospedagem e enfrentando essa maratona sozinha", pontuou.

Foram quatro dias entre que não havia vagas para internamentos no hospital – tanto para gestantes quanto para recém-nascidos – por conta da superlotação. "Todos os leitos da unidade encontram-se ocupados".

Já no Jorge Valente – local em que a reportagem esteve no último dia 12, também sem se identificar –, a informação era que não dá para saber se há vaga disponível antes de a gestante dar entrada no hospital. "Só é possível saber, depois que a médica pede o internamento da paciente", disse a recepcionista.

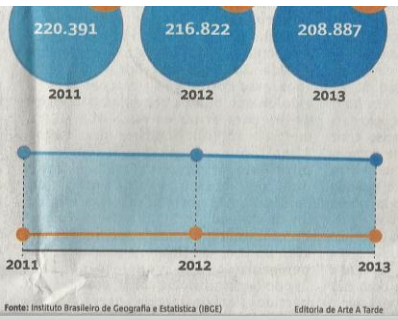
R$ 3 mil

Valor médio que um hospital desembolsa por uma internação para a realização de um parto por cesariana

Entre **R$ 3,2 mil e R$ 3,6 mil**

Remuneração dos planos de saúde aos hospitais por uma internação para a realização de partos

Fonte: Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb)



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) Editoria de Arte A Tarde

cesariana, por exemplo, gira em torno de R$ 3 mil e o valor pago pelos planos de saúde aos hospitais pelo procedimento varia de R$ R$ 3.200 a R$ 3.600.

"A margem de ganho é muito pequena e, por isso, não há interesse na criação de novas maternidades. A tendência dos hospitais é investir em áreas que tragam retorno financeiro maior, como cirurgias de alta complexidade, a exemplo de neurocirurgia, cirurgia cardíaca, oncologia e unidades de terapia intensiva", diz.

De acordo com o presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia (Sogiba), Carlos Lino, a situação piorou após o fechamento do Hospital Espanhol, em setembro do ano passado.

Com o fechamento da instituição, a capital perdeu 270 leitos, sendo 60 de UTI adulta e 12 UTI neonatal. "O fechamento do Espanhol potencializou uma realidade que já era muito difícil".

Agravantes

O profissional cita, ainda, o encerramento, há alguns anos, de maternidades em outros hospitais, como foi o caso do São Rafael e do Santa Isabel. Além disso, os leitos, antes da saúde suplementar, passaram a ser principalmente ou exclusivamente do SUS, como ocorreu com o Hospital Sagrada Família e do Hospital Salvador.

PROFISSIONAIS RECONHECEM CRISE

Álvaro Nonato da Silva, coordenador médico da Fundação José Silveira – que administra o Hospital Santo Amaro –, admite que a área obstétrica passa por dificuldades. "Esse não é um problema de Salvador ou da Bahia, é nacional", constata.

De acordo com ele, a falta de leitos obstétricos tem sido frequente na unidade, mas há muitos fatores que podem levar o hospital a não admitir a gestante.

"Se a paciente tem uma gravidez de alto risco e não há leito na UTI Neonatal, não podemos admiti-la. Provavelmente foi o que ocorreu com a parturiente que esteve no hospital e não pode ser atendida, no dia em que vocês (do A TARDE) estiveram aqui. Teríamos que ter a identificação dela para saber detalhes", explica.

O médico afirma, no entanto, que a gestante é atendida. "Podemos não internar, mas toda paciente que procura a unidade é avaliada e recebe o primeiro atendimento. Somente depois acionamos o serviço social para que possa encaminhá-la a outra unidade", garante.

O responsável pela controladoria do Hospital da Sagrada Família, Adelir Detofol, também reconhece o problema. "Somente na nossa maternidade são 1.400 atendimentos obstétricos por mês. Destes, cerca de 500 geram parto ou internamento. Realmente, vivemos uma crise, tanto na rede pública quanto na privada", afirma.

Atendimento

Na Maternidade Santamaria do Hospital Português – a que possui o maior número de leitos da capital – são cerca de 1 mil atendimentos por mês, segundo o coordenador médico da instituição, Leomar Lyrio.

"Vivemos uma situação bem problemática e não é incomum precisar de vagas, mas nenhuma gestante que chega à unidade sai sem atendimento. Mesmo com todas as dificuldades, prestamos assistência", declara.

Entretanto, o médico ressalta que os leitos obstétricos não são ocupados apenas por gestantes que estão em trabalho de parto.

"Algumas precisam ser internadas porque são diabéticas, hipertensas ou tiveram problemas gestacionais. Este tipo de paciente pode ter alta em 5 horas, mas pode ocupar o leito durante dias. Isso dificulta muito", diz.

TERESA DE LISIEUX

Por meio da assessoria, o hospital informou que possui 27 leitos e não 15, e que a assistência é garantida a todas as seguradas. Já os diretores do Jorge Valente não foram localizados

PLANOS DE SAÚDE

Em nota, a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) afirma que, em caso de haver dificuldades para o atendimento, beneficiários devem procurar as operadoras

Veículo: A Tarde
Data: 01/03/2015
Seção: Salvador
Páginas: A4 e A6

POLEMICA Obstetras estabelecem taxa para ficar à disposição desde a gestação até o nascimento da criança

MÉDICOS COBRAM ATÉ R$ 10 MIL PARA REALIZAR PARTOS

FABIANA MASCARENHAS

Há 18 anos, a esteticista Cláudia de Jesus Xavier, 41, teve uma filha. O parto, que foi normal, ocorreu pelo Sistema Único de Saúde (SUS) em um hospital público da cidade.

Não fosse o fato de uma enfermeira que trabalhava no local ser uma antiga cliente, teria saído traumatizada, como acontece com muitas gestantes. "Por que será que só chamam o SUS de SUSto? Só quem precisa e utiliza é que sabe o que passamos", revela.

Hoje a esteticista está grávida de 5 meses de um menino, a quem dará o nome de Cristiano. Mas, diferentemente da sua primeira gestação, agora ela conta com o plano da operadora Bradesco Saúde, "considerado um dos melhores do País", como faz questão de frisar. "É a empresa do meu marido que dá direito", explica.

Mas o antigo sonho de ter um filho na rede privada e com o acompanhamento do obstetra que vem realizando o seu pré-natal foi interrompido por conta de uma informação: o médico disse que para realizar o seu parto – tanto para cesarianas como para parto normal – ela teria que pagar.

Cláudia não sabia, mas o profissional estava referindo-se à "taxa de disponibilidade obstétrica", que vem sendo cobrada por médicos de diversas partes do País. A esteticista preferiu não revelar o nome do profissional que a acompanha, nem o valor cobrado.

Autonomia

Em Salvador, a taxa tem variado entre R$ 4 mil e 10 mil, mas não existe tabela, portanto, o obstetra tem autonomia para pedir o valor que achar necessário.

A funcionária pública, J.S., 36, por exemplo, pagou R$ 8 mil para ter seu parto realizado por um renomado obstetra baiano. "Isso porque foi à vista, se fosse parcelado em três vezes, seria R$ 10 mil", revela sem querer se identificar.

Procurada pela reportagem, a Bradesco Saúde informou, por meio de nota, que a segurada Cláudia Xavier não procurou a empresa. "Caso tivesse feito contato, a seguradora prestaria os devidos esclarecimentos à cliente sobre o caso".

O Conselho Federal de Medicina (CFM) apoia e defende a cobrança, assim como o Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb-BA) e a Associação de Ginecologia e Obstetrícia da Bahia (Sogiba). Já a Agência Nacional de Saúde (ANS) afirma que a cobrança é ilegal.

"É ético e não configura dupla cobrança o pagamento de honorário pela gestante referente ao acompanhamento presencial do trabalho de parto", diz o parecer de número 39/12 do próprio CFM.

Em outro trecho, o parecer deixa claro que "(...) do ponto de vista legal e ético, o médico não tem o compromisso de realizar tal procedimento em gestante que acompanhou durante as consultas do pré-natal".

As mulheres que não têm condições de pagar a taxa têm seus partos realizados por plantonistas dos hospitais credenciados aos planos de saúde.

De acordo com o presidente da Sogiba, Carlos Lino, a cobrança só é realizada

Obstetra de Cláudia Xavier cobrou taxa de disponibilidade

R$ 500

é o valor médio pago por um bom plano de saúde aos obstetras pela realização de uma cesariana. No caso de partos normais, há um acréscimo de 20%. Mas, segundo a Associação de Hospitais e Serviços do Estado da Bahia, cada empresa tem sua tabela

porque a remuneração dos planos está defasada.

Segundo ele, além de algumas operadoras de saúde não cumprirem com os reajustes anuais, os planos pagam apenas para a realização do procedimento (parto natural ou operatório)), não remunerando o tempo gasto durante todo o processo.

"O trabalho de parto dura, em média, de 10h a 12h. As entidades lutam para que as operadoras de saúde regulamentem o pagamento conforme o tempo que o médico dedica ao trabalho de parto".

Ainda de acordo com o presidente da Sogiba, o valor da remuneração para a realização de partos normais ou cirurgias cesarianas varia de acordo com o plano de saúde (ver box), mas alguns dos planos chegam a pagar 50% menos por aqueles realizados em enfermarias, quando comparados aos feitos em apartamentos.

"Ora, o trabalho do obstetra é o mesmo, não muda de acordo com o local em que o parto é realizado. Por que as operadoras pagam menos?", questiona o profissional.

Carol engravidou de gêmeos e pagou R$ 7 mil para ter o parto realizado por um médico de sua confiança

Operadoras dizem que taxa não está no rol de coberturas

Por meio de nota, a União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (Unidas) – entidade com aproximadamente 140 instituições filiadas – informou que as operadoras respeitam as regras da ANS, inclusive, a cobertura prevista no Rol de Procedimentos e Eventos em Saúde, atualizado a cada dois anos.

"Desta maneira, as operadoras de autogestão desconhecem tal prática, visto que a taxa de disponibilidade não está inclusa no rol".

Raul Spinassé / Ag. A TARDE

Para a ANS, a cobrança é ilegal

De acordo com a Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a cobrança da taxa é ilegal. "A ANS esclarece à sociedade que cobranças feitas aos beneficiários de plano de saúde pelos prestadores de serviços, como a conhecida taxa de disponibilidade, são consideradas indevidas", afirmou o órgão em comunicado.

Segundo o órgão, uma consumidora de plano hospitalar com obstetrícia tem o direito garantido de que o parto, normal ou por cesárea, está no seu plano e os honorários médicos serão em sua totalidade cobertos pela operadora. "Qualquer taxa cobrada é ilegal e deve ser denunciada à ANS".

A orientação da ANS é a de que a gestante/casal comunique o fato à sua operadora de plano de saúde para que a mesma tome as devidas providências. É importante solicitar à operadora o protocolo desse atendimento.

De posse do protocolo, a gestante poderá fazer uma reclamação na ANS e a operadora será notificada e poderá inclusive ser multada, caso constatada a infração.

Procon da Bahia ainda não recebeu nenhuma denúncia sobre o caso

Denúncia

O Procon-BA ainda não recebeu nenhuma denúncia relacionada à cobrança da taxa de disponibilidade. Por meio de sua assessoria de imprensa, o órgão afirmou que está atento a eventuais abusos e que, caso o consumidor se sinta lesado, pode procurar um de seus postos de atendimento.

A abertura de reclamações só é feita presencialmente. O Procon central fica na Rua Carlos Gomes, nº 746 – Centro.

Já o Ministério Público do Estado da Bahia (MPE-BA) limitou-se a informar, também por meio de sua assessoria de imprensa, que está avaliando essa questão da cobrança da taxa, além de outras questões relacionadas aos contratos firmados entre os planos de saúde e seus assegurados.

Iracema Chequer / Ag. A TARDE / 17.3.2010

"Há uma defasagem absurda nos valores pagos aos obstetras"

CARLOS LINO, presidente da Sogiba

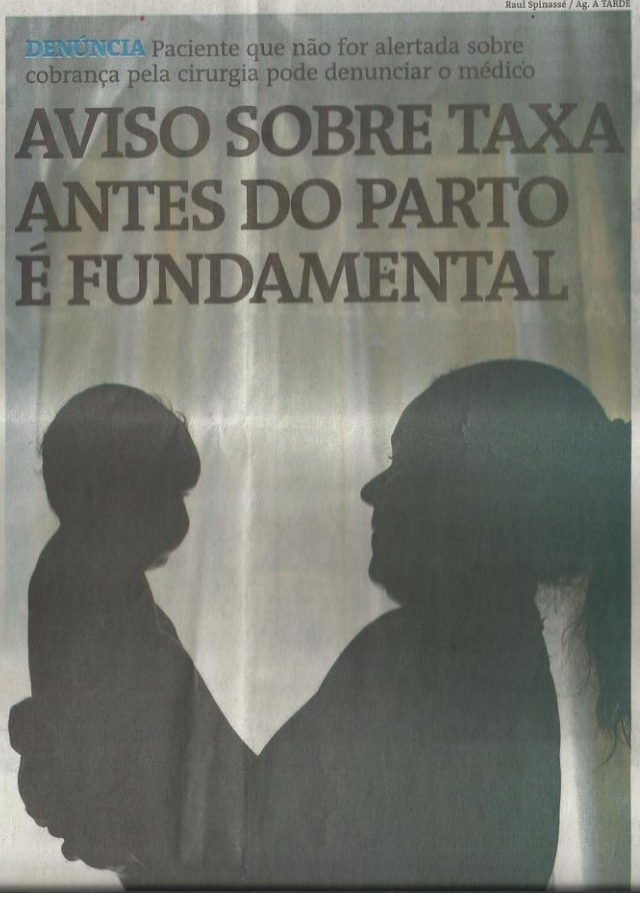
A Federação Nacional de Saúde Suplementar (FenaSaúde) – que representa 17 grupos de operadoras de planos privados de assistência à saúde, inclusive a Bradesco Saúde e a Sulamérica – também afirmou que a taxa não está contemplada no rol de coberturas obrigatórias dos planos".

"A cobertura do rol já garante a remuneração da assistência ao trabalho do parto para as horas que antecedem o parto normal ou cesáreo", informou.

A empresa afirmou ainda que as operadoras valorizam a categoria médica, buscando constantemente recompor os honorários por consulta. "No acumulado de cinco anos encerrados em 2014, o reajuste aplicado pelas associadas à FenaSaúde aos honorários foi de 50%, em média – muito acima da inflação do período, que foi de 31%", disse.

A psicóloga Caroline Queiroz, 34, pagou R$ 7 mil para ter seus filhos gêmeos, mesmo tendo convênio. Ao procurar o obstetra, já sabia que ele cobrava a taxa. "Pago pelo convênio e não acho justa essa taxa, mas queria um profissional que eu confiasse e que estivesse à minha disposição".

Raul Spinassé / Ag. A TARDE



DENÚNCIA Paciente que não for alertada sobre cobrança pela cirurgia pode denunciar o médico

AVISO SOBRE TAXA ANTES DO PARTO É FUNDAMENTAL

FABIANA MASCARENHAS

O médico deve informar para a paciente, já na primeira consulta do pré-natal, que cobra a chamada taxa de disponibilidade. A afirmação é do presidente do Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb-BA), José Aberlado Garcia.

"A relação médico-paciente deve ser a mais transparente possível. Recomendamos que o profissional avise logo no início que tipo de contrato estabelecerá com a gestante", afirma.

Questionado se essa é uma obrigação do obstetra, o presidente do Cremeb disse que se trata apenas de uma recomendação, mas, caso o profissional não a cumpra, o paciente pode denunciar o caso ao órgão.

"Uma sindicância é aberta e é feito um processo investigativo para analisar caso a caso", afirma José Aberlardo. Até o momento, nenhuma reclamação foi registrada no Cremeb.

O problema é que muitos médicos não têm seguido essa recomendação e a gestante só fica sabendo da cobrança, muitas vezes, às vésperas do parto.

Foi o caso da psicóloga J.S. 36. Na sua primeira gestação, o obstetra fez o pré-natal e o parto – realizado por meio de uma cesariana – pelo plano de saúde da qual é conveniada.

Dificuldades

Já na segunda gravidez, o mesmo profissional informou, apenas oito dias antes do bebê e uma gravidez considerada de risco, J.S. se viu obrigada a pagar pelo procedimento.

"Meu marido até quis mudar de médico, mas não havia tempo. Naquele momento, não tive alternativa. Ele estava com a vida do meu filho nas mãos".

Situação semelhante foi vivida pela técnica em informática Sandra Menezes, 28. O médico obstetra que a acompanhou durante todo o pré-natal só falou sobre a taxa de disponibilidade há uma semana, no sétimo mês de gestação.

"A gente fica desesperada. É a minha primeira gravidez. Estou às vésperas do parto. Não quero ter meu filho com um plantonista qualquer. É injusto".

Sandra chegou a consultar cinco profissionais para saber se realizavam partos pelo plano de saúde , mas todos cobravam a taxa.

Para a fundadora e coordenadora executiva da Associação de Defesa dos Usuários de Seguros, Planos e Sistemas de Saúde (Adu-seps), Renê Patriota, a cobrança é "ilegal, indevida e imoral".

"Os médicos não têm que cobrar das gestantes, mas das operadoras que são as principais responsáveis. Nessa briga entre a classe médica e os planos de saúde, as mães não podem ser as vítimas".

Obstetra há 34 anos, Renê concorda que um reajuste é justo e necessário, mas acha que a conduta que vem sendo adotada pela classe não é a mais adequada.

"Quando um médico aceita assinar um contrato com o convênio, aceita fazer parte de um plano de saúde, ele precisa honrar o juramento que fez. É preciso se colocar no lugar dessa gestante e refletir; afinal, elas não têm nada a ver com esse problema. Repito: são vítimas".

"A relação médico-paciente deve ser a mais transparente possível"

JOSÉ ABERLARDO, Cremeb

Humanização

Uma das principais referências em partos humanizados no Brasil, a obstetra Marilena Pereira optou por se descredenciar totalmente dos planos de saúde.

"A remuneração é muito ruim e aquém do que seria um preço justo. Ficou inviável atender à demanda que eu tinha pelos planos, então, resolvi me descredenciar e hoje só atendo particular, além de realizar meu trabalho na Mansão (do Caminho)", afirma.

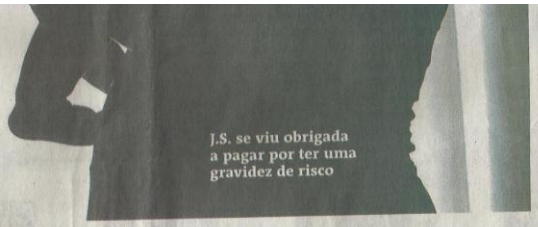
Marilena é coordenadora e plantonista do Centro de Parto Normal Mansão do Caminho, em Pau da Lima. O Centro tem como princípio a assistência gratuita e huma-

mou, apenas oito dias antes do parto, que cobraria a taxa. Valor: R$ 4 mil.

"Fiquei surpresa e perguntei que taxa era essa. Ele teve a cara de pau de dizer que havia conversado comigo sobre esse pagamento durante o pré-natal, mas isso nunca ocorreu. Esse tipo de informação jamais passaria despercebido", garante.

Às vésperas de ter seu be-

Divulgação



J.S. se viu obrigada a pagar por ter uma gravidez de risco

nizada ao parto.

Segundo ela, no caso dos partos particulares, a nota fiscal e um relatório são fornecidos à gestante para que possa solicitar reembolso do plano de saúde.

A reportagem buscou saber das operadoras de saúde se o reembolso é possível, mas nenhuma delas comentou sobre o assunto.

VOCÊ NÃO COMPRA FEIJÃO NO SALÃO DE BELEZA, COMPRA?

Com seus exames laboratoriais e vacinas é exatamente a mesma coisa. Procure quem é ESPECIALISTA no assunto. Equipe médica e enfermeiros altamente capacitados para atender você e toda sua família. Então, na hora de tratar sua saúde, procure quem é **especializado em cuidar de você.**

LPC LABORATÓRIO E VACINAS Especializado em Você.

Exames de Urgência* liberados em até 2:30h, na unidade Pituba.

Consulte condições em nossa central de relacionamento.

71 2203 9955

www.laboratoriolpc.com.br

Presidente da Sogiba questiona vinculação de prenatalista

De acordo com o presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia (Sogiba), Carlos Lino, não consta nos artigos que se dedicam à cobertura assistencial de procedimentos obstétricos o direito da gestante de realizar seu parto com o médico "prenatalista".

"Segundo a lei 9.656/98, que regula a assistência à saúde privada oferecida pelos planos de saúde no País, a vinculação pré-natal e parto não tem base legal", diz.

Na opinião do presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, a cobrança da taxa de disponibilidade é lícita e necessária.

"Os planos não fazem os reajustes anuais e, para ficarem disponíveis, os obstetras param as suas vidas, não podem viajar e são obrigados a não marcar nenhum compromisso. Infelizmente é o reflexo do mercado".

Já Carlos Lino cita que, em diversos outros países, não são os médicos que acompanham a gestante durante o pré-natal que realizam o parto e acredita que a resistência das gestantes brasileiras ocorre também por uma questão cultural.

"Em lugares como Portugal e Inglaterra, por exemplo, as pacientes são atendidas pelos médicos plantonistas, que seguem todos os protocolos médicos. Acho que esse modelo tende a evoluir no Brasil ", afirma.

Para o psicólogo perinatal, Alexandre Coimbra, não é possível fazer esse tipo de avaliação sem analisar o sistema de saúde de cada país.

Mila Cordeiro / Ag. A TARDE / 11.9.2013

"Em boa parte dos países em que esse modelo é adotado, o pré-natal funciona e as mulheres contam com toda uma infraestrutura para ter seus bebês. Elas confiam no sistema de saúde que utilizam e na equipe como um todo", explica.

A também psicóloga e ativista pela humanização do parto Daniela Leal adverte para a importância do empoderamento da mulher durante o parto.

"Essas mulheres precisam se sentir seguras na hora de ter seus bebês. Quando ela se coloca como protagonista, há um empoderamento e ela se sente bem com qualquer profissional".

A obstetra e coordenadora da Casa de Parto Natural Mansão do Caminho, Marilena Pereira, chama atenção para uma outra questão. Quando um paciente, diz Marilena, escolhe um obstetra, quer alguém com quem tenha uma identificação e uma conduta que tenha a ver com o que defende e acredita.

"Se ela é acompanhada por um obstetra com esse modelo durante todo o pré-natal e, na hora do parto, ela encontra um plantonista que não esteja dentro desse modelo, isso vai influenciar em um momento que é tão importante", diz.

> **"Em boa parte dos países em que esse modelo é adotado, o pré-natal funciona"**
>
> ALEXANDRE COIMBRA, psicólogo

RECOMENDAÇÕES IMPORTANTES

OPERADORA Ao ser informada pelo obstetra sobre a cobrança da taxa de disponibilidade, a gestante deve comunicar o ocorrido ao plano de saúde ao qual é conveniada. É importante solicitar à operadora o protocolo desse atendimento

CREMEB Caso não tenha sido informada sobre a cobrança na primeira consulta, deve denunciar o caso ao Conselho Regional de Medicina do Estado da Bahia (Cremeb). O órgão abre uma sindicância e um processo investigativo é instaurado

ANS Se a gestante se sentir lesada com a cobrança, pode recorrer ao Procon. Também é importante comunicar à Agência Nacional de Saúde (ANS). A operadora será notificada e poderá ser multada. Informações: www.ans.gov.br

Veículo: Tribuna da Bahia
Data: 31/12/2014
Seção: Cidade/Saúde

SAÚDE

Associação diz que faltam incentivos ao setor

TAMIRYS MACHADO
REPÓRTER

Após a matéria publicada na edição de ontem, da **Tribuna da Bahia**, divulgando o número de pacientes que têm plano de saúde e são internados na rede pública do país, o presidente da Associação dos Hospitais Particulares da Bahia, o médico Ricardo Costa, explicou quais os motivos que podem levar a essa situação.

Costa avalia que os hospitais particulares têm estrutura física para atender a demanda do estado. "Temos uma rede completa de estrutura física em perfeito estado. Não tem dificuldade de equipamento para o atendimento do pós-traumatizado, porém temos problema crônico na cidade, tanto na rede pública como na particular, de falta de leitos", afirmou. Segundo o presidente, falta um incentivo do governo à rede de saúde no estado. "Estão faltando algumas medidas do governo para o setor de saúde que estimulem o empresariado a ampliar as estruturas".

Conforme ele, esse incentivo seria isenção fiscal, linha de crédito diferenciada para compras de equipamentos novos, já que a indústria médica se atualiza a cada dia. "Para construir uma fábrica de automóveis tem todo um apoio do governo, mas para um hospital não tem. Sendo que um hospital de 250 leitos, por exemplo, tem no mínimo duas mil pessoas contratadas. A gente espera que o governo entenda que o setor de saúde precisa ser visto de uma melhor maneira", ressaltou.

Foto: Site Política Livre

RICARDO COSTA
Presidente da Associação dos Hospitais Particulares da Bahia quer isenção fiscal

Ainda de acordo com o estudo realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o Ministério da Saúde, os procedimentos mais solicitados foram parto normal, parto cesariano, doenças infecciosas e intestinais, pneumonia ou gripo e curetagem pós-aborto. Conforme o mapeamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Bahia ocupa o 6° lugar no ranking nacional de notificações das AIH (Autorizações de Internação Hospitalar), com 44.490 notificações, entre 2008 e 2012, de pessoas que têm plano de saúde e recorreram ao SUS. No Brasil, o número de AIH nesses casos ultrapassa a casa de um milhão. Já em relação ao Nordeste, o estado baiano ocupa a primeira posição.

Conforme doutor Ricardo Costa, três fatores devem ser levados em conta na hora de analisar os dados: o atendimento do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), que leva o paciente socorrido para a rede pública do estado, a cobertura dos Planos de Saúde e as exigências de alguns planos pela coparticipação do beneficiário que utiliza os planos. "Quando o paciente está acidentado e o Samu presta o socorro, a orientação é, no primeiro momento, levá-lo para o hospital público. Posso dizer isso por experiência própria. Quando minha esposa sofreu um acidente, ela foi encaminhada para a rede pública, mesmo tendo plano, e demorou em fazer a transferência. Outro fator é a limitação física das operadoras. Existem planos que não têm uma abrangência muito grande, não têm a cobertura nacional, e sim regional, então se uma pessoa precisar de atendimento em Feira de Santana, por exemplo, o plano pode só cobrir Salvador. E a terceira questão é a chamada coparticipação cobrada por alguns planos de saúde, onde o funcionário da empresa paga pelo percentual do uso. Então esse valor saindo do bolso do funcionário, ele prefere, sempre que puder, utilizar a rede pública, sem custos", pontuou. Para Costa, "boa parte dos atendimentos poderia ser feita na rede de convênios".

Novo Sistema da ANS vai facilitar ressarcimento

Conforme prevê a lei, as operadoras de planos de saúde devem ressarcir o SUS (Sistema Único de Saúde), com os gastos dessa assistência médica. Em 2014, segundo a ANS, foram arrecadados, de janeiro a novembro, R$ 335,74 milhões de ressarcimento ao SUS. O número é 82% a mais do que todo o ano passado, onde foram obtidos R$183,2 milhões. Desde 2011, o valor do ressarcimento chegou a R$ 673,66 milhões.

A diretora de Desenvolvimento Setorial da Agência Nacional de Saúde, Martha Oliveira, informou à **Tribuna da Bahia** que o procedimento ocorre da seguinte forma: "A notificação da AIH gera um processo administrativo e as operadoras têm o direito à defesa até essa AIH ser aprovada. Nesse processo administrativo, a ANS analisa as cláusulas contratuais. Se o atendimento que foi realizado no SUS estava previsto na cobertura contratual do beneficiário ou se o atendimento ocorreu durante a vigência do contrato e os períodos de carência, ou fora da área de cobertura, por exemplo", explicou.

Para ela, o aumento dos valores do ressarcimento se deu por conta sistema do órgão. "O processo de ressarcimento ao SUS foi todo aprimorado, inclusive com o ingresso de mais servidores temporários para esse trabalho dentro da ANS. Houve melhoria dos processos de trabalho, dos sistemas de informática e do cadastro da agência reguladora", disse. Oliveira explica também que a partir de 6 de janeiro de 2015, todos os pedidos de impugnações e recursos dos processos de ressarcimento ao SUS feitos pelas operadoras de planos de saúde serão protocolados eletronicamente através do sistema Persus. Para isso, as operadoras devem acessar o sistema, que já está disponível, e cadastrar usuários no módulo de gestão de contas.

Veículo: Tribuna da Bahia
Data: 16/06/2015
Seção: Bahia /Saúde
Página: http://www.tribunadabahia.com.br/2015/06/16/bahia-tem-deficit-de-20-no-numero-de-unidades-de-terapia-intensiva

PUBLICIDADE

Bahia / Saúde

Bahia tem déficit de 20% no número de Unidades de Terapia Intensiva

Por causa disso, muitos pacientes acabam morrendo

por Yuri Abreu

Publicada em 16/06/2015 20:05:47

Tweetar 2 Recomendar Compartilhar 1 +1 0

A falta de leitos de Unidades de Terapia Intensiva (UTI) na Bahia, especialmente em Salvador, é um problema crônico de saúde. A situação chegou a tal ponto que o problema não existe apenas na rede pública, como também necessita dos hospitais privados. Por causa disso, muitos pacientes acabam morrendo.

É exatamente o que não espera a dona de casa, Clarice Anunciação da Hora. Desde o começo da manhã de ontem, ela estava na porta do Hospital Geral do Estado (HGE), aguardando uma vaga na UTI para o irmão, Sebastião, que tomou dois tiros, um na cabeça e outro no braço, no último sábado, quando voltava para casa, em Camaçarí, na região Metropolitana.

"Ele está em cima de uma maca, entubado, no Hospital Geral de lá, só recebendo medicação. Estou aqui desesperada aguardando a regulação para conseguir uma vaga em qualquer UTI aqui de Salvador, já que, se ele ficar por lá, acho que não vai sobreviver. Também estou aguardando para que ele faça um exame de tomografia. Eu estou disposta a tudo para ajudar o meu irmão", contou ela, aos prantos.

O economista Antônio dos Santos passou por situação semelhante na semana passada, quando precisou levar a mãe, que estava passando mal, a uma emergência de um hospital particular, também na capital. "É um verdadeiro absurdo você ter que ficar esperando cerca de seis, sete horas, até ser atendido. Além do acúmulo de pessoas, o que chama bastante a atenção é a falta de higiene desses espaços", reclamou.

De acordo com ele, apesar de os políticos definirem a saúde como prioridade, pouco tem sido feito para melhorar a realidade. Além disso, Santos destaca que o fechamento do Hospital Espanhol, há quase um ano, só piorou a situação. "E o que parece é que não há uma solução a curto prazo para isso. Fala-se muito de saúde, mas são apenas promessas", comentou. Sem atividades desde o ano passado, o Espanhol, que fica na Barra, tinha cerca de 60 leitos de UTI adulto e 12 de UTI Neo-Natal.

Falta de investimento

Para o Presidente do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Sindhosba), Raimundo Correia, a atual situação de caos com relação à falta de leitos de UTI, se deve aos baixos investimentos na saúde. "Salvador, por exemplo, hoje tem uma carência de leitos por uma razão: há muito tempo que a rede hospitalar na Bahia não cresce. Isso acontece por que basicamente os hospitais grandes do estado são filantrópicos, a rede privada é pequena e como não há uma remuneração específica, um retorno financeiro que justifique o investimento, o capital privado não tem investido em hospital", falou.

Atualmente, de acordo com a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB), a capital baiana tem cerca de 4.500 leitos hospitalares, sendo 469 UTIs. Esses números são das instituições privadas vinculadas a Associação. Segundo o presidente do órgão, Ricardo Costa, há um déficit de 20% no número de leitos em todo o estado.

SIGA A TRIBUNA

ÚLTIMAS
CIDADE - EDUCAÇÃO 16:36 — ONG Instituto Baiano da Paz disponibiliza vagas para cursos
CIDADE 16:20 — Veja os horários de funcionamento dos shoppings durante São João
ECONOMIA 16:07 — Serasa experian registra queda de 3,4% em maio na procura por crédito
BRASIL 15:50 — OAB debate os desafios do mercado de venda de vídeo e música pela internet
BAHIA - SEGURANÇA 15:41 — Operação São João na Bahia contará com mais de 20 mil policiais militares

MAIS LIDAS
FAMOSOS 16/06 — Ex-BBB dispara: "Parece que vendi a alma ao demônio ao entrar no BBB"
SEGURANÇA 16/06 — Tenente que atirou no cachorro da vizinha é afastado da Polícia Militar
TECNOLOGIA 14/06 — GVT está com seus dias contados
TECNOLOGIA 14/06 — Facebook muda para dar valor ao tempo que usuário passa em post
POLÍTICA 16/06 — ACM Neto fala sobre sua saída do DEM

"O que está faltando é um incentivo por parte do governo em ajudar os hospitais. Além disso, vivemos um problema que é um tripé: a falta de remuneração adequada pelo plano de saúde, a falta de incentivos fiscais e a falta de linhas de crédito para a saúde, com juros baixos e carência, por exemplo. O governo precisa acordar e ajudar um segmento que é de alta complexidade e com mão de obra qualificada.", disse.

Apesar da realidade atual, para Correia, a situação não deve mudar por enquanto. "É uma crise que deve se agravar. Para se ter uma ideia, qual foi o hospital no estado que inaugurou nos últimos, além do Hospital da Bahia? Há 30 anos que a cidade só cresce e a rede hospitalar permanece estática. O resultado é esse que nós estamos vendo atualmente", relatou.

Novos leitos

Através de nota, a Secretaria de Saúde do Estado (Sesab), reconheceu que há uma falta de leitos de UTI na Bahia, mas ressaltou que a situação acontece em todo o país, como também nas unidades privadas de saúde. Ao todo, de acordo com o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES) do Sistema único de Saúde (SUS), a Bahia tem cerca de 1.270 leitos de UTI e de Unidade Semi-Intensiva na rede estadual.

No entanto, a secretaria informou que só no primeiro semestre deste ano já foram abertos 265 leitos que estavam inativos, tanto em Salvador, como no interior do estado. Destes, 32 são Unidades de Terapia Intensiva. Até o final do ano, ainda segundo o comunicado, serão implantados mais 20 leitos de UTI no Hospital de Paulo Afonso, no norte do estado. O governo também já anunciou a construção de hospitais em Camaçarí, Seabra, Ilhéus e em Feira de Santana.

UTI neonatal

A primeira UTI Neonatal Cirúrgica da Bahia foi inaugurada com dez leitos, no Hospital Martagão Gesteira, em Salvador, nesta terça-feira (16), pelo governador Rui Costa. Durante a inauguração, o governador observou que os recém-nascidos precisam de atendimento mais rápido, para garantir a sua sobrevivência.

"Nossa meta é zerar a fila de espera de UTI infantil e de cirurgias. Teremos UTI também no hospital de Feira de Santana, onde o Martagão Gesteira está assumindo a administração do Hospital da Criança. A unidade do Roberto Santos também será inaugurada nos próximos dias".

Os dez leitos inaugurados hoje vão beneficiar mensalmente cerca de 60 recém-nascidos com necessidades cirúrgicas, especialmente nas áreas de neurocirurgia e cirurgia cardíaca. As obras para a implantação da UTI duraram cerca de sete meses e o investimento, incluindo mobiliário e equipamentos, foi de cerca de R$ 2,56 milhões.

O Martagão Gesteira é referência em pediatria e realiza, mensalmente, cerca de cinco mil atendimentos ambulatoriais e 700 internações. Para garantir o funcionamento destes dez leitos, a Secretaria da Saúde da Bahia irá custear integralmente a sua manutenção, com R$ 6,6 milhões por ano. Cerca de 62 colaboradores entre médicos, enfermeiros, psicólogos, assistentes sociais e outros profissionais devem trabalhar diretamente na unidade.

Veículo: G1
Data: 12/06/2015
Seção: Bahia
Página: http://g1.globo.com/bahia/noticia/2015/06/cade-condena-hospitais-e-associacao-por-cartel-e-multa-e-de-r-10-milhoes.html

12/06/2015 08h39 - Atualizado em 12/06/2015 08h44

Cade condena hospitais e associação por cartel e multa é de R$ 10 milhões

Cinco hospitais, sindicato e associação estão envolvidas na suspeita. Penalidade foi tomada após denúncia de planos de saúde ao MP-BA.

Do G1 BA, com informações da TV Bahia

FACEBOOK

Cinco hospitais, além da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB) e o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA) foram condenados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por prática de cartel. O órgão penalizou os envolvimentos em R$ 10,9 milhões.

A denúncia foi feita por algumas empresas de plano de saúde ao Ministério Público da Bahia, em 2010. Entre elas, aponta a ocorrência de rescisões contratuais simultâneas à toda a rede da Norclínicas Sistema de Saúde Ltda. Para o Cade, todas as cartas de descredenciamento foram enviadas na mesma data, com semelhança de redação e formatação, evidenciam que a decisão coletiva foi "concertada".

A segunda conduta que embasou a decisão é direcionada à AHSEB e ao SINDHOSBA. De acordo com o Cade, em 2007, eles realizaram ações para influenciar os associadora para a participação de conduta uniforme contra a Geap, outra operadora de saúde. Em assembleia, as duas entidades teriam enviado circulares recomendando descrendenciamento da Geap.

Outra ação considerada ilegal pelo Cade envolve os hospitais Emec e o São Matheus. Com base no documento, os dois hospitais se esforçaram para que os planos de saúde filiados à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS) pagassem remuneração adicional por sobreaviso aos médicos-cirurgiões dos dois hospitais, em valores idênticos.

Cade condena hospitais e associação por cartel e multa é de R$ 10 milhões
(Foto: Reprodução/TV Bahia)

Foram condenados as clínicas Santa Cecília, Cilort, Sobaby, além dos hospitais Emec e São Mateus, assim como Sindicato e a Associação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB).

O advogado da Clínica Santa Cecília, a única que se posicionou sobre o caso, disse que a empresa ainda não foi notificada e que, assim que isso acontecer, vai recorrer da decisão. "As provas que foram trazidas ao processo administrativo são provas frágeis, trabalham muito com suposições. Houve, sim, uma rescisão contratual, porque os contratos que são firmados com as operadoras de saúde e as clínicas e hospitais são contratos de adesão com cláusulas leoninas que são nulas de plenos direitos. Somado-se a isso, atrasos no pagamentos, glosas indevidas e aviltamento dos honorários médicos", informou o advogado Laércio Guerra.

Bahia
veja tudo sobre ›

Com déficit de R$ 600 milhões, Sesab tenta reduzir despesas administrativas
HÁ 1 HORA

Ferry terá som de trio forrozeiro no São João para animar...
HÁ 1 HORA

Mais de cinco mil pessoas pedem paz em caminhada na cidade...
HÁ 2 HORAS

Operação policial prende 13 pessoas e apreende 6 kg de...
HÁ 2 HORAS

Últimas notícias +

Feira de Santana +

G1 primeira página

Mudanças na aposentadoria são 'solução momentânea', diz ministro da Previdência
Dilma vetou proposta 85/95 aprovada no Congresso e criou nova fórmula alternativa. Gabas afirmou que regra definitiva ainda deve ser discutida. ENTENDA o que muda.

Nova fórmula considera expectativa de vida

Preso suspeito de matar 9 em ataque a igreja nos EUA

Ataque remete a época 'sombria', afirma Obama

Câmara começará hoje a votar desoneração da folha, diz Cunha

veja todos os destaques ›

Carlos Santos, um segurado de um dos planos de saúde que foram descredenciados na época, alega que passou por muitos transtornos. Ele tinha o Geap Saúde, plano dos servidores federais. Com o descredenciamento, o atendimento aos servidores federais passou a ser feito pelo Camed saúde. "Incluive, netos em tratamento de saúde, que tiveram interrompido aquele trabalho", informou o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A Superintendente do Procon lembrou que clientes que passaram por esta situação também podem entrar com uma ação na Justiça. "Se ele puder com ação civil, com seu advogado, pode pedir reparação de danos, devolução do valor. O Procon e o Ministério Público também atuam nessa questão. O Procon pode ajudar na devolução. Em relação aos danos morais, a gente orienta que procure o Poder Judiciário", afirma a superintendente do Procon, Suzana Mendes.

Em nota, a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia negou que tenha havido cartel e disse que vai entrar com recurso no próprio Cade e, se necessário, na Justiça, para demonstrar que a autoridade administrativa cometeu equívocos e não levou em consideração as provas apresentadas pela defesa dos acusados. As unidades de saúde condenadas pelo Cade dizem que descredenciaram as empresas porque elas adotavam preços muito baixos, abriam um número pequeno de cotas de atendimento e atrasavam frequentemente os pagamentos.

Veículo: Blog do Martins
Data: 12/06/2015
Seção: Bahia
Página: http://blogdomartins.com.br/bahia/12/06/2015/cade-condena-hospitais-e-associacao-por-cartel-e-multa-e-de-r-10-milhoes/

Blog do Martins

Início | Região | Política | Esporte | Contato

Busca

« Congresso do PT está parecendo programa humorístico, diz Geddel Vieira

Shoppings e prefeitura não entram em acordo para liberação do TVL »

JUN 12

Cade condena hospitais e associação por cartel e multa é de R$ 10 milhões

Bahia

Cinco hospitais, sindicato e associação estão envolvidas na suspeita.
Penalidade foi tomada após denúncia de planos de saúde ao MP-BA.

Cinco hospitais, além da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB) e o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA) foram condenados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por prática de cartel. O órgão penalizou os envolvimentos em R$ 10,9 milhões.

A denúncia foi feita por algumas empresas de plano de saúde ao Ministério Público da Bahia, em 2010. Entre elas, aponta a ocorrência de rescisões contratuais simultâneas à toda a rede da Norclínicas Sistema de Saúde Ltda. Para o Cade, todas as cartas de descredenciamento foram enviadas na mesma data, com semelhança de redação e formatação, evidenciam que a decisão coletiva foi "concertada".

A segunda conduta que embasou a decisão é direcionada à AHSEB e ao SINDHOSBA. De acordo com o Cade, em 2007, eles realizaram ações para influenciar os associadora para a participação de conduta uniforme contra a Geap, outra operadora de saúde. Em assembleia, as duas entidades teriam enviado circulares recomendando descrendenciamento da Geap.

Outra ação considerada ilegal pelo Cade envolve os hospitais Emec e o São Matheus. Com base no documento, os dois hospitais se esforçaram para que os planos de saúde filiados à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (UNIDAS) pagassem remuneração adicional por sobreaviso aos médicos-cirurgiões dos dois hospitais, em valores idênticos.

Foram condenados as clínicas Santa Cecília, Cliort, Sobaby, além dos hospitais Emec e São Mateus, assim como Sindicato e a Associação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB).

O advogado da Clínica Santa Cecília, a única que se posicionou sobre o caso, disse que a empresa ainda não foi notificada e que, assim que isso acontecer, vai recorrer da decisão. "As provas que foram trazidas ao processo administrativo são provas frágeis, trabalham muito com suposições. Houve, sim, uma rescisão contratual, porque os contratos que são firmados com as operadoras de saúde e as clínicas e hospitais são contratos de adesão com cláusulas leoninas que são nulas de plenos direitos. Somado-se a isso, atrasos no pagamentos, glosas indevidas e aviltamento dos honorários médicos", informou o advogado Laércio Guerra,

Carlos Santos, um segurado de um dos planos de saúde que foram descredenciados na época, alega que passou por muitos transtornos. Ele tinha o Geap Saúde, plano dos servidores federais. Com o descredenciamento, o atendimento aos servidores federais passou a ser feito pelo Camed saúde. "Incluive, netos em tratamento de saúde, que tiveram interrompido aquele trabalho", informou o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A Superintendente do Procon lembrou que clientes que passaram por esta situação também podem entrar com uma ação na Justiça. "Se ele puder com ação civil, com seu advogado, pode pedir reparação de danos, devolução do valor. O Procon e o Ministério Público também atuam nessa questão. O Procon pode ajudar na devolução. Em relação aos danos morais, a gente orienta que procure o Poder Judiciário", afirma a superintendente do Procon, Suzana Mendes.

Em nota, a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia negou que tenha havido cartel e disse que vai entrar com recurso no próprio Cade e, se necessário, na Justiça, para demonstrar que a autoridade administrativa cometeu equívocos e não levou em consideração as provas apresentadas pela defesa dos acusados. As unidades de saúde condenadas pelo Cade dizem que descredenciaram as empresas porque elas adotavam preços muito baixos, abriam um número pequeno de cotas de atendimento e atrasavam frequentemente os pagamentos. G1.

Classificados Blog do Martins

Compartilhe

facebook

twitter

Google

Blog do Martins

Curtir

1.242 pessoas curtiram Blog do Martins.

Plug-in social do Facebook

SKY PRÉ PAGO

ASSINE JÁ!

FAÇA RECARGA DE PACOTES SKY COM CANAIS DE TV PAGA

SKY

SHOP LASER

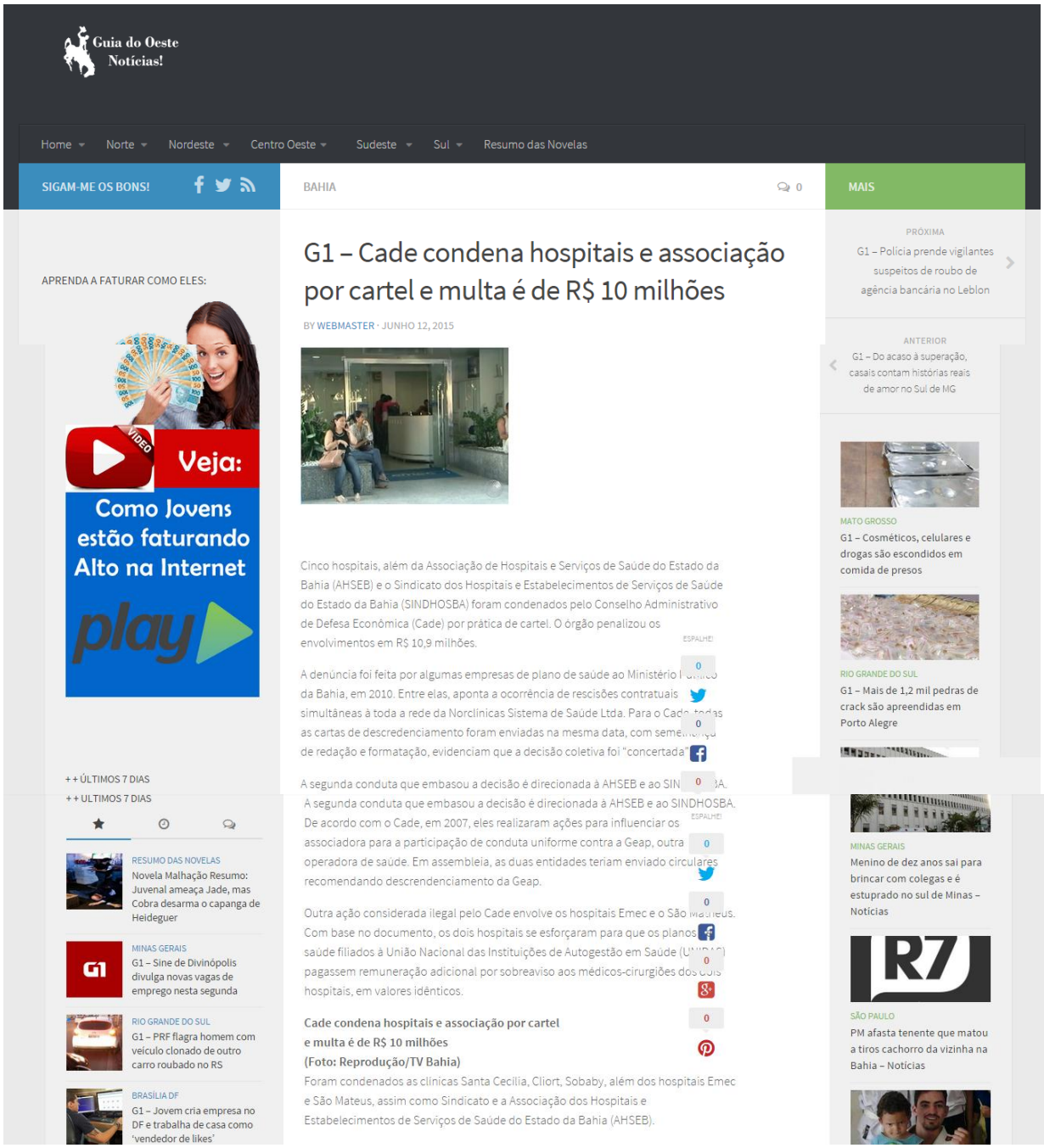
(75) 3631-3003

BRASIL UNIDO CONTRA A DENGUE

O COMBATE NÃO PODE PARAR.

DENGUE MATA

Veículo: Guia do Oeste Notícias
Data: 12/06/2015
Seção: Bahia
Página: http://guiadooeste.com.br/g1-cade-condena-hospitais-e-associacao-por-cartel-e-multa-e-de-r-10-milhoes/



Guia do Oeste Notícias!

Home | Norte | Nordeste | Centro Oeste | Sudeste | Sul | Resumo das Novelas

SIGAM-ME OS BONS!

BAHIA

0

MAIS

APRENDA A FATURAR COMO ELES:

G1 – Cade condena hospitais e associação por cartel e multa é de R$ 10 milhões

BY WEBMASTER · JUNHO 12, 2015

Cinco hospitais, além da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB) e o Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA) foram condenados pelo Conselho Administrativo de Defesa Econômica (Cade) por prática de cartel. O órgão penalizou os envolvimentos em R$ 10,9 milhões.

A denúncia foi feita por algumas empresas de plano de saúde ao Ministério P[illegible] da Bahia, em 2010. Entre elas, aponta a ocorrência de rescisões contratuais simultâneas à toda a rede da Norclínicas Sistema de Saúde Ltda. Para o Cade, todas as cartas de descredenciamento foram enviadas na mesma data, com semelhança de redação e formatação, evidenciam que a decisão coletiva foi "concertada".

A segunda conduta que embasou a decisão é direcionada à AHSEB e ao SIN[illegible]BA.

A segunda conduta que embasou a decisão é direcionada à AHSEB e ao SINDHOSBA.

De acordo com o Cade, em 2007, eles realizaram ações para influenciar os associadora para a participação de conduta uniforme contra a Geap, outra operadora de saúde. Em assembleia, as duas entidades teriam enviado circulares recomendando descrendenciamento da Geap.

Outra ação considerada ilegal pelo Cade envolve os hospitais Emec e o São Mateus. Com base no documento, os dois hospitais se esforçaram para que os planos de saúde filiados à União Nacional das Instituições de Autogestão em Saúde (U[illegible]) pagassem remuneração adicional por sobreaviso aos médicos-cirurgiões dos dois hospitais, em valores idênticos.

Cade condena hospitais e associação por cartel e multa é de R$ 10 milhões
(Foto: Reprodução/TV Bahia)

Foram condenados as clínicas Santa Cecília, Cliort, Sobaby, além dos hospitais Emec e São Mateus, assim como Sindicato e a Associação dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (AHSEB).

PRÓXIMA
G1 – Polícia prende vigilantes suspeitos de roubo de agência bancária no Leblon

ANTERIOR
G1 – Do acaso à superação, casais contam histórias reais de amor no Sul de MG

MATO GROSSO
G1 – Cosméticos, celulares e drogas são escondidos em comida de presos

RIO GRANDE DO SUL
G1 – Mais de 1,2 mil pedras de crack são apreendidas em Porto Alegre

MINAS GERAIS
Menino de dez anos sai para brincar com colegas e é estuprado no sul de Minas – Notícias

SÃO PAULO
PM afasta tenente que matou a tiros cachorro da vizinha na Bahia – Notícias

+ + ÚLTIMOS 7 DIAS

+ + ULTIMOS 7 DIAS

RESUMO DAS NOVELAS
Novela Malhação Resumo: Juvenal ameaça Jade, mas Cobra desarma o capanga de Heideguer

MINAS GERAIS
G1 – Sine de Divinópolis divulga novas vagas de emprego nesta segunda

RIO GRANDE DO SUL
G1 – PRF flagra homem com veículo clonado de outro carro roubado no RS

BRASÍLIA DF
G1 – Jovem cria empresa no DF e trabalha de casa como 'vendedor de likes'

G1 – Homem amarra cão em grade e pede em placa para alguém levá-lo; assista

O advogado da Clínica Santa Cecília, a única que se posicionou sobre o caso, disse que a empresa ainda não foi notificada e que, assim que isso acontecer, vai recorrer da decisão. "As provas que foram trazidas ao processo administrativo são provas frágeis, trabalham muito com suposições. Houve, sim, uma rescisão contratual, porque os contratos que são firmados com as operadoras de saúde e as clínicas e hospitais são contratos de adesão com cláusulas leoninas que são nulas de plenos direitos. Somado-se a isso, atrasos no pagamentos, glosas indevidas e aviltamento dos honorários médicos", informou o advogado Laércio Guerra,

Carlos Santos, um segurado de um dos planos de saúde que foram descredenciados na época, alega que passou por muitos transtornos. Ele tinha o Geap Saúde, plano dos servidores federais. Com o descredenciamento, o atendimento aos servidores federais passou a ser feito pelo Camed saúde. "Incluive, netos em tratamento de saúde, que tiveram interrompido aquele trabalho", informou o inspetor da Polícia Rodoviária Federal (PRF).

A Superintendente do Procon lembrou que clientes que passaram por esta situação também podem entrar com uma ação na Justiça. "Se ele puder com ação civil, com seu advogado, pode pedir reparação de danos, devolução do valor. O Procon e o Ministério Público também atuam nessa questão. O Procon pode ajudar na devolução. Em relação aos danos morais, a gente orienta que procure o Poder Judiciário", afirma a superintendente do Procon, Suzana Mendes.

Em nota, a Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia negou que tenha havido cartel e disse que vai entrar com recurso no próprio Cade e, se necessário, na Justiça, para demonstrar que a autoridade administrativa cometeu equívocos e não levou em consideração as provas apresentadas pela defesa dos acusados. As unidades de saúde condenadas pelo Cade dizem que descredenciaram as empresas porque elas adotavam preços muito baixos, abriam um número pequeno de cotas de atendimento e atrasavam frequentemente os pagamentos.

ESPALHE!
0
0
0
0
0
0
0
0

Lutador acusado de espancar enteado até a morte é condenado pela Justiça do DF – Notícias

MATO GROSSO DO SUL

G1 – Vendedores de fogos de Aracaju esperam crescimento entre 5% e 10%

Veículo: Michelle Marie
Data: 27/03/2015
Seção: Bahia By
Página: http://www.michellemarie.com.br/interviews/2501-iniciativa-e-do-premio-benchmarking-saude-bahia-oscar-do-setor-local

Veículo: Bahia Já
Data: 27/03/2015
Seção: Medicina
Página: http://www.bahiaja.com.br/medicina/noticia/2015/03/27/instituicoes-de-saude-terao-desempenho-etico-avaliado-no-estado,80580,0.html#.VRsWJf7F_T8

BahiaJá
Jornalismo da igualdade
Tasso Franco - Diretor de Redação

Política | Salvador | Bahia | Direito | Economia | Medicina | Tecnologia | Turismo | Verão | Carnaval | Esporte | Cultura | TV | Cooperativas

Capa | Últimas Notícias | Colunistas | Artigos | Fale Conosco

terça-feira, 31 de março de 2015

Busca

Busca Avançada

Medicina

27/03/2015 às 11:24

Instituições de saúde terão desempenho ético avaliado no estado

Iniciativa é do Prêmio Benchmarking Saúde Bahia

Mara Campos , Salvador

Recomendar 0 Tweet 1

As instituições de saúde baianas públicas e privadas serão avaliadas do ponto de vista ético a partir deste ano. A novidade é uma iniciativa do Prêmio Benchmarking Saúde Bahia 2014/2015, que, em sua quinta edição, contará com três novas categorias dedicadas ao tema:Compliance Diagnóstico por Imagem, Compliance Hospitais e Compliance Análises Clínicas. Oscar da saúde no estado, a premiação é realizada anualmente pelo Grupo Criarmed. Outras 28 categorias compõem o prêmio, que vai laurear as instituições e executivos do segmento local, destaques no setor médico-hospitalar ao longo do ano passado. Cerca de 80 importantes nomes do setor compõem a comissão julgadora. A lista dos indicados já está disponível para consulta no site www.benchmarkingsaude.com.br. O resultado será divulgado em maio, com cerimônia de entrega do prêmio prevista para setembro.

O Benchmarking Saúde tem apoio da Associação dos Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Sindicato de Hospitais da Bahia (Sindhosba), União Nacional das Instituições em Autogestão em Saúde (Unidas) e da Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge). Também são apoiadores a Associação Brasileira da Indústria de Artigos e Equipamentos Médicos, Odontológicos, Hospitalares e de Laboratórios (ABIMO) e a Associação Brasileira da Indústria de Alta Tecnologia de Equipamentos, Produtos e Suprimentos Médico-Hospitalares (Abimed).

Veículo: A Tarde
Data: 15/03/2015
Seção: Salvador
Página: http://atarde.uol.com.br/bahia/salvador/noticias/1666847-falta-de-vagas-em-hospitais-privados-prejudica-gestantes

Dom, 15/03/2015 às 08:03

Falta de vagas em hospitais privados prejudica gestantes

Fabiana Mascarenhas

Tags: saúde SUS maternidades gestantes Salvador agora

Tweet 0 g+1 0 Recomendar COMENTÁRIOS (1)

Demanda no Hospital Santo Amaro é uma das maiores da cidade

A peregrinação por vagas em maternidades de Salvador deixou de ser um problema restrito às mulheres que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS).

As gestantes que pagam por um plano - entre R$ 150 e R$ 500, segundo cotação feita por A TARDE - também não têm encontrado leitos obstétricos disponíveis na rede privada, seja para partos eletivos ou natural.

Segundo o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, existem atualmente 165 leitos obstétricos distribuídos em seis hospitais da capital baiana.

Saiba mais

15/03/2015 | Comentários(0)
Profissionais reconhecem

São eles: Aliança, Português, Tereza de Lisieux - que só atende segurados do HAP Vida -, Jorge Valente e Santo Amaro, além da instituição filantrópica Hospital da Sagrada Família.

Este último atende beneficiários de planos na unidade do Monte Serrat, na Cidade Baixa. Os dados são do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), vinculado ao Ministério da Saúde.

A equipe de reportagem circulou por esses hospitais nos últimos dias. Na Maternidade Santo Amaro, por exemplo, a recepção estava lotada de pacientes e familiares na manhã do dia 27 de fevereiro.

Sem se identificar, a repórter procurou saber do recepcionista do Setor de Admissão se havia vaga disponível. A resposta: "Não há vagas, senhora. Está vendo essas gestantes que estão aí? Estão esperando desde a madrugada".

No espaço, cinco gestantes aguardavam por vagas. Entre elas estava M.B, 35, que saiu de Crisópolis, onde mora, às 6h de terça-feira, dia 24, e percorreu os 220 quilômetros até a capital para ter a primeira filha.

Últimas Notícias

QUI 18 JUN

às 15:34 | Comentários(0)
Homens com roupa da Coelba assaltam casa lotérica na Barra

às 13:26 | Comentários(0)
Acidentes deixam trânsito complicado em Salvador

às 12:46 | Comentários(0)
Guerreiro retrata-se e diz que vereadores não pediram dinheiro

às 08:47 | Comentários(2)
Mulher acusa PF de "espancar" porteiro após morte de irmão

às 08:29 | Comentários(0)
Motociclista morre após bater em caminhão na Paralela

Agendou o internamento, segundo ela, seguindo a orientação do próprio hospital, mas ao chegar ao local foi informada de que não havia leito.

"A gente paga um plano caro para ter mais segurança e tranquilidade em um momento desses, mas não adianta. É revoltante o que fazem com a gente", disse, sem querer se identificar.

Dificuldades

Do Santo Amaro, ela foi buscar atendimento no Hospital Jorge Valente, também em vão. "Se eu não tivesse uma tia em Salvador que pudesse me acolher em casa, estaria pagando hospedagem e enfrentando essa maratona sozinha", pontuou.

Foram quatro dias entre uma e outra maternidade à espera de um leito. No dia em que a equipe de A TARDE a encontrou, ela novamente aguardava uma vaga no Santo Amaro: "Há previsão para hoje, mas não souberam me dizer o horário. Tenho fé!".

Superlotação

No Hospital da Sagrada Família, também no dia 27 de fevereiro, havia uma placa no Setor de Admissão informando que o tempo mínimo de espera era de 6h. A reportagem voltou ao local na última quinta-feira e a situação era ainda pior.

Um outro aviso indicava que não havia vagas para internamentos no hospital - tanto para gestantes quanto para recém-nascidos - por conta da superlotação. "Todos os leitos da unidade encontram-se ocupados".

Já no Jorge Valente - local em que a reportagem esteve no último dia 12, também sem se identificar -, a informação era que não dá para saber se há vaga disponível antes de a gestante dar entrada no hospital. "Só é possível saber, depois que a médica pede o internamento da paciente", disse a recepcionista.

No Teresa de Lisieux, a funcionária informou que o local estava cheio. Mas, caso a gestante chegasse, o atendimento seria realizado. "Só não sei que horas", alertou.

No Aliança, não há plantonistas, e os partos só são feitos com o encaminhamento de um obstetra, após a certificação da disponibilidade de leitos.

Na Maternidade Santamaria, do Hospital Português - a maior da cidade atualmente -, a situação estava tranquila no dia em que a equipe de A TARDE esteve no local, mas o coordenador médico, Leomar Lyrio, admitiu que tem sido difícil administrar a demanda. "Precisamos de ações urgentes", afirmou.

Remuneração é um dos principais entraves

Presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, afirma que um dos principais problemas do setor é a má remuneração dos planos de saúde.

Segundo ele, o custo médio da internação para realizar um parto via cirurgia cesariana, por exemplo, gira em torno de R$ 3 mil e o valor pago pelos planos de saúde aos hospitais pelo procedimento varia de R$ R$ 3.200 a R$ 3.600.

"A margem de ganho é muito pequena e, por isso, não há interesse na criação de novas maternidades. A tendência dos hospitais é investir em áreas que tragam retorno financeiro maior, como cirurgias de alta complexidade, a exemplo de neurocirurgia, cirurgia cardíaca, oncologia e unidades de terapia intensiva", diz.

De acordo com o presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia (Sogiba), Carlos Lino, a situação piorou após o fechamento do Hospital Espanhol, em setembro do ano passado.

Com o fechamento da instituição, a capital perdeu 270 leitos, sendo 60 de UTI adulta e 12 UTI neonatal. "O fechamento do Espanhol potencializou uma realidade que já era muito difícil".

Agravantes

O profissional cita, ainda, o encerramento, há alguns anos, de maternidades em outros hospitais, como foi o caso do São Rafael e do Santa Isabel. Além disso, os leitos, antes da saúde suplementar, passaram a ser principalmente ou exclusivamente do SUS, como ocorreu com o Hospital Sagrada Família e do Hospital Salvador.

Veículo: Municípios Baianos
Data: 16/03/2015
Seção: Notícias
Página: http://www.municipiosbaianos.com.br/noticia01.asp?tp=1&nID=18715

municipios baianos.com.br
O PORTAL DA BAHIA

Construir uma IMAGEM FORTE é fundamental para o sucesso de sua marca.

16/03/2015

Falta de vagas em hospitais privados prejudica gestantes

A peregrinação por vagas em maternidades de Salvador deixou de ser um problema restrito às mulheres que utilizam o Sistema Único de Saúde (SUS).

As gestantes que pagam por um plano - entre R$ 150 e R$ 500, segundo cotação feita por A TARDE - também não têm encontrado leitos obstétricos disponíveis na rede privada, seja para partos eletivos ou natural.

Segundo o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, existem atualmente 165 leitos obstétricos distribuídos em seis hospitais da capital baiana.

São eles: Aliança, Português, Tereza de Lisieux - que só atende segurados do HAP Vida -, Jorge Valente e Santo Amaro, além da instituição filantrópica Hospital da Sagrada Família.
Este último atende beneficiários de planos na unidade do Monte Serrat, na Cidade Baixa. Os dados são do Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde (CNES), vinculado ao Ministério da Saúde.

A equipe de reportagem circulou por esses hospitais nos últimos dias. Na Maternidade Santo Amaro, por exemplo, a recepção estava lotada de pacientes e familiares na manhã do dia 27 de fevereiro.

Sem se identificar, a repórter procurou saber do recepcionista do Setor de Admissão se havia vaga disponível. A resposta: "Não há vagas, senhora. Está vendo essas gestantes que estão aí? Estão esperando desde a madrugada".

No espaço, cinco gestantes aguardavam por vagas. Entre elas estava M.B, 35, que saiu de Crisópolis, onde mora, às 6h de terça-feira, dia 24, e percorreu os 220 quilômetros até a capital para ter a primeira filha.

Agendou o internamento, segundo ela, seguindo a orientação do próprio hospital, mas ao chegar ao local foi informada de que não havia leito.

"A gente paga um plano caro para ter mais segurança e tranquilidade em um momento desses, mas não adianta. É revoltante o que fazem com a gente", disse, sem querer se identificar.

Dificuldades

Do Santo Amaro, ela foi buscar atendimento no Hospital Jorge Valente, também em vão. "Se eu não tivesse uma tia em Salvador que pudesse me acolher em casa, estaria pagando hospedagem e enfrentando essa maratona sozinha", pontuou.

Foram quatro dias entre uma e outra maternidade à espera de um leito. No dia em que a equipe de A TARDE a encontrou, ela novamente aguardava uma vaga no Santo Amaro: "Há previsão para hoje, mas não souberam me dizer o horário. Tenho fé!".

Superlotação

No Hospital da Sagrada Família, também no dia 27 de fevereiro, havia uma placa no Setor de Admissão informando que o tempo mínimo de espera era de 6h. A reportagem voltou ao local na última quinta-feira e a situação era ainda pior.

Um outro aviso indicava que não havia vagas para internamentos no hospital - tanto para gestantes quanto para recém-nascidos - por conta da superlotação. "Todos os leitos da unidade encontram-se ocupados".

Já no Jorge Valente - local em que a reportagem esteve no último dia 12, também sem se identificar -, a informação era que não dá para saber se há vaga disponível antes de a gestante dar entrada no hospital. "Só é possível saber, depois que a médica pede o internamento da paciente", disse a recepcionista.

No Teresa de Lisieux, a funcionária informou que o local estava cheio. Mas, caso a gestante chegasse, o atendimento seria realizado. "Só não sei que horas", alertou.

No Aliança, não há plantonistas, e os partos só são feitos com o encaminhamento de um obstetra, após a certificação da disponibilidade de leitos.

Na Maternidade Santamaria, do Hospital Português - a maior da cidade atualmente -, a situação estava tranquila no dia em que a equipe de A TARDE esteve no local, mas o coordenador médico, Leomar Lyrio, admitiu que tem sido difícil administrar a demanda. "Precisamos de ações urgentes", afirmou.

Remuneração é um dos principais entraves

Presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, afirma que um dos principais problemas do setor é a má remuneração dos planos de saúde.

Segundo ele, o custo médio da internação para realizar um parto via cirurgia cesariana, por exemplo, gira em torno de R$ 3 mil e o valor pago pelos planos de saúde aos hospitais pelo procedimento varia de R$ R$ 3.200 a R$ 3.600.

CANAIS
Destaque
Bahia
Feira de Santana e Região
Euclides da Cunha e Região
Política e Economia
Educação e Cultura
Saúde
Esporte
Geral
Entrevistas
Artigos

LINKS UTEIS
Governo da Bahia
Portal do Servidor
UEFS
EMBASA
COELBA
Ouvidoria Geral - BA
Sec. de Cultura - BA
ABL
Brasil Escola
Folha de São Paulo
G1
Terra Magazine
Fórum Social Mundial
Portal da Educação
Portal do Voluntário

BLOGS
Altamiro Borges
Paulo H. Amorim
Franck lin Sá
Portal do Escritor
Movimentos Sociais

Pra quem gosta de política. Pra quem gosta

palavradesa .blogspot.com.br
ACESSE AGORA

QUER ANUNCIAR AQUI? CLIQUE

Soluções para Internet e TI
www.vlonline.com.br

"A margem de ganho é muito pequena e, por isso, não há interesse na criação de novas maternidades. A tendência dos hospitais é investir em áreas que tragam retorno financeiro maior, como cirurgias de alta complexidade, a exemplo de neurocirurgia, cirurgia cardíaca, oncologia e unidades de terapia intensiva", diz.

De acordo com o presidente da Associação de Obstetrícia e Ginecologia da Bahia (Sogiba), Carlos Lino, a situação piorou após o fechamento do Hospital Espanhol, em setembro do ano passado.

Com o fechamento da instituição, a capital perdeu 270 leitos, sendo 60 de UTI adulta e 12 UTI neonatal. "O fechamento do Espanhol potencializou uma realidade que já era muito difícil".

Agravantes

O profissional cita, ainda, o encerramento, há alguns anos, de maternidades em outros hospitais, como foi o caso do São Rafael e do Santa Isabel. Além disso, os leitos, antes da saúde suplementar, passaram a ser principalmente ou exclusivamente do SUS, como ocorreu com o Hospital Sagrada Família e do Hospital Salvador.

Profissionais reconhecem crise

Álvaro Nonato da Silva, coordenador médico da Fundação José Silveira - que administra o Hospital Santo Amaro -, admite que a área obstétrica passa por dificuldades. "Esse não é um problema de Salvador ou da Bahia, é nacional", constata.

De acordo com ele, a falta de leitos obstétricos tem sido frequente na unidade, mas há muitos fatores que podem levar o hospital a não admitir a gestante.

"Se a paciente tem uma gravidez de alto risco e não há leito na UTI Neonatal, não podemos admiti-la. Provavelmente foi o que ocorreu com a parturiente que esteve no hospital e não pode ser atendida, no dia em que vocês (do A TARDE) estiveram aqui. Teríamos que ter a identificação dela para saber detalhes", explica.

O médico afirma, no entanto, que a gestante é atendida. "Podemos não internar, mas toda paciente que procura a unidade é avaliada e recebe o primeiro atendimento. Somente depois acionamos o serviço social para que possa encaminhá-la a outra unidade", garante.

O responsável pela controladoria do Hospital da Sagrada Família, Adelir Detofol, também reconhece o problema. "Somente na nossa maternidade são 1.400 atendimentos obstétricos por mês. Destes, cerca de 500 geram parto ou internamento. Realmente, vivemos uma crise, tanto na rede pública quanto na privada", afirma.

Atendimento

Na Maternidade Santamaria do Hospital Português - a que possui o maior número de leitos da capital - são cerca de 1 mil atendimentos por mês, segundo o coordenador médico da instituição, Leomar Lyrio.

"Vivemos uma situação bem problemática e não é incomum precisar de vagas, mas nenhuma gestante que chega à unidade sai sem atendimento. Mesmo com todas as dificuldades, prestamos assistência", declara.

Entretanto, o médico ressalta que os leitos obstétricos não são ocupados apenas por gestantes que estão em trabalho de parto.

"Algumas precisam ser internadas porque são diabéticas, hipertensas ou tiveram problemas gestacionais. Este tipo de paciente pode ter alta em 5 horas, mas pode ocupar o leito durante dias. Isso dificulta muito", diz.

Nota oficial

Teresa de Lisieux

Por meio da assessoria, o hospital informou que possui 27 leitos e não 15, e que a assistência é garantida a todas as seguradas. Já os diretores do Jorge Valente não foram localizados

Planos de Saúde

Em nota, a Associação Brasileira de Medicina de Grupo (Abramge) afirma que, em caso de haver dificuldades para o atendimento, beneficiários devem procurar as operadoras

Fonte: A Tarde

Veículo: Bahia Econômica
Data: 04/03/2015
Seção: Notícia
Página: http://www.bahiaeconomica.com.br/noticia/105498,cursos-para-qualificacao-de-profissionais-da-saude-tem-inicio-sexta-06.html

Veículo: Cremeb
Data: 27/02/2015
Seção: Revista do Cremeb
Página: http://www.cremeb.org.br/cremeb.php?m=site.item&item=2988&idioma=br

CREMEB
CONSELHO REGIONAL DE MEDICINA DO ESTADO DA BAHIA

Home
Institucional
Delegacias Regionais
Câmaras Técnicas
Contas Públicas
Legislação
Serviços
Licitações
Biblioteca
Assessoria de Comunicação
Fale Conosco
Links Úteis
Expresso Cremeb

Buscas
Buscar
Buscar

Acesso
Login
Senha
Esqueceu?
Novo usuário?
Entrar

Médico
Atualize seus dados e receba nossas correspondências:
-Envie o endereço completo para atualizaendereco@cremeb.org.br
- Certifique seu e-mail para que as mensagens do cremeb.org.br não sejam configuradas como Spam.
CREMEB
1-2-3-4-5

ISO 9001 BUREAU VERITAS Certification

Revista do Cremeb

Realidade das maternidades da Bahia urge por investimentos

27/02/2015

A realidade das maternidades públicas e privadas da Bahia está longe de ser uma situação confortável tanto para os médicos como para os pacientes. Enquanto não houver maiores investimentos e valorização da carreira médica, situações como a enfrentada pela Maternidade Referência Professor José Maria de Magalhães Netto (MRPJMMN), maior maternidade da Bahia, podem se repetir. No final de 2014, 15 leitos de terapia intensiva neonatal pararam de funcionar e, desde 1º dezembro do ano passado, o ambulatório de pré-natal de alto risco está fechado para novas matrículas (informação atualizada em 29/01). A maternidade, que já funciona com taxa de ocupação acima de 95%, enfrenta a superlotação.

A MRPJMMN pertence ao estado e é gerida pela Santa Casa. No entanto, conforme relata a diretora médica, Dra. Nair Amaral, há um desequilíbrio financeiro no contrato com a Sesab, existindo a possibilidade de haver mais reduções de serviços. "Qualquer maternidade que reduza atividades, já tem paciente que fica sem acesso, principalmente se for de alto risco, como é o nosso caso. Hoje não podemos abrir mão de nenhum leito. Esperamos que a Sesab estude com cuidado este assunto para reverter a situação", pontuou Dra. Nair.

O plantonista da maternidade do Hospital Geral Roberto Santos, Dr. João Paulo Farias, que é diretor de organização, administração e patrimônio do Sindimed-BA, também aponta reduções no Roberto Santos e lamenta o fato. No dia 29/01, a UTI Neonatal 2 permanecia sem funcionar, sete leitos da UTI Neonatal Semi-intensiva estavam fechados (de 25 somente 18 estavam em funcionamento) e uma sala para parto cesáreo estava sem uso há cerca de quinze dias. "Tudo isso porque há um déficit de funcionários, técnicos e médicos. O atendimento fica lento porque não tem equipe suficiente, o número de cirurgias ginecológicas eletivas já foi afetado e a reforma realizada não foi satisfatória".

Privado

No setor privado, também há uma redução de leitos nas maternidades. Percebe-se uma tendência dos hospitais em focarem nos pacientes de maior complexidade, que demandam maior custo, para melhor viabilizar as receitas. Posição que é corroborada com a opinião do presidente da Associação dos Hospitais e Serviços de Saúde da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa. Ele atribui a redução de leitos à dificuldade financeira que os hospitais passam e por isso investem em setores onde o retorno é maior, como cirurgias de alta complexidade, oncologia e bio-imagem.

A mudança nesse cenário conforme Dr. Ricardo também passa por maiores investimentos em saúde. "Não existem linhas de crédito facilitadas com período de carência nem diminuição da carga tributária. O segmento saúde representa 10% do PIB nacional e pode aumentar serviços desde que haja uma flexibilização nestas áreas como já existe na indústria branca ou de automóveis", disse.

Fórum do Cremeb aponta caminhos para mudar o cenário atual da obstetrícia e neonatologia

A solução para mudar a realidade da obstetrícia e neonatologia na Bahia, que enfrenta redução de leitos, falta de infraestrutura para atendimento, contratações precárias e honorários defasados, além de toda a discussão sobre disponibilidade obstétrica e a realização de partos normais e cesáreos, conforme foi dito, passa por maior investimento e mudanças de paradigmas. O Cremeb tem denunciado as deficiências e buscado estas

Veículo: Mais Bahia
Data: 26/02/2015
Seção: Notícias
Página: http://maisbahia.com.br/index.php/2015/02/atrasos-repasse-sus-geram-dificuldades-para-os-hospitais-credenciados-na-bahia/

maisbahia.com.br

HOME NOTÍCIAS ENTRETENIMENTO VIDA E ESTILO Buscar

Home / Notícias / Gira Girou / Atrasos no repasse do SUS geram dificuldades para os hospitais na Bahia

Atrasos no repasse do SUS geram dificuldades para os hospitais na Bahia

Por Da Redação em fevereiro 26, 2015

Tweet 0 +1 Like 0

SUS Sistema Único de Saúde

A população que necessita do Sistemo único de Saúde tem enfrentado situações cada vez mais turbulentas. Os atrasos no repasse dos pagamentos referentes aos procedimentos afeta, em primeiro plano, os prestadores de saúde e à população mais carente, público final que faz uso dos serviços.

Uma das unidades que sofreu esse impacto foi à Casa de Saúde de Remanso, no interior do estado. De acordo com o diretor administrativo da unidade, Cícero Ribeiro, o local, privado, é o único da cidade que atende ao Samu, disponibiliza em torno de 40 leitos ao SUS e realiza 200 internações/mês. Não bastasse a tabela defasada e sem reajuste há anos, atrasos no repasse das verbas estão prejudicando a unidade.

Quem também entende das dificuldades com relação ao SUS é a Santa Casa de Misericórdia de Itabuna. Com um complexo formado por três hospitais, o local possui um total de 401 leitos, dos quais 296 são disponibilizados para o SUS. Lá, até o final de janeiro, os problemas eram em duas vertentes, conforme explicou o diretor administrativo-financeiro da unidade, André Wermann.

Segundo o presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb), Ricardo Pereira Costa, as sérias dificuldades financeiras do SUS resultam em consequências graves.

ARTIGOS RELACIONADOS FALTA DE REPASSE GIRA GIROU HOME SUS

Veículo: Remanso Notícias
Data: 20/02/2015
Seção: Notícias
Página: http://www.remansonoticias.com.br/2015/02/atrasos-no-repasse-do-sus-geram-dificuldades-para-os-hospitais-credenciados-na-bahia/

REMANSO NOTICIAS
o portal de notícias de remanso

O que você está Procurando no Site ? buscar

Remanso - BA | CPTEC/INPE | 04/04/2015 | 31° 21° | Predomínio de Sol

INÍCIO | NOTÍCIAS | CIDADES | ESPORTES | ENTRETENIMENTO | TECNOLOGIA | COBERTURAS | SERVIÇOS | CONTATO | CLASSIFICADOS

Postada em 25/02/2015 - 09h20

Atrasos no repasse do SUS geram dificuldades para os hospitais credenciados na Bahia

Por **Remanso Noticias** Ver Comentário(s) Recomendar 32 Tweetar 2 +1 0

A situação dos hospitais privados que atendem ao Sistema Único de Saúde (SUS) na Bahia se complica a cada dia. Segundo administradores das unidades, o principal motivo, além da tabela defasada há anos, diz respeito aos atrasos no repasse dos pagamentos referentes aos procedimentos. O problema afeta, em primeiro plano, os prestadores de saúde e à população mais carente, público final que faz uso dos serviços.

Uma das unidades que sofreu esse impacto foi à Casa de Saúde de Remanso, no interior do estado. De acordo com o diretor administrativo da unidade, Cícero Ribeiro, o local, privado, é o único da cidade que atende ao Samu, disponibiliza em torno de 40 leitos ao SUS e realiza 200 internações/mês. Não bastasse a tabela defasada e sem reajuste há anos, atrasos no repasse das verbas estão prejudicando a unidade.

"De uns dois anos para cá nós sempre recebíamos o repasse do pagamento do SUS até o dia 5 de cada mês. Isso passou para o dia 10, para o dia 15, para o dia 20; e, do final do ano passado para cá, desde a competência do mês outubro, que nós recebemos em dezembro, isso virou uma bola de neve. Não sabemos o dia que vamos receber", pontua Ribeiro, explicando que o repasse referente aos atendimentos de novembro de 2014, que era para ser recebido até a primeira semana de janeiro, foi pago neste início de fevereiro.

"Quando será feito o repasse referente ao mês de dezembro? Qual o cronograma?", questiona Cícero, pontuando que sem essas informações não se pode organizar as contas, despesas

PUBLICIDADE

Encontre-nos no Facebook

Remanso Notícia Curtir

3.534 pessoas curtiram Remanso Notícia.

Plug-in social do Facebook

ÚLTIMAS NOTÍCIAS

Medicamentos podem ser reajustados em até 7,7%
31 de março de 2015

"Pegadinha dos zumbis" do SBT faz sucesso na internet e ganha elogios da imprensa internacional
31 de março de 2015

Professores e gestores que melhorarem notas serão premiados
31 de março de 2015

Duplo homicídio é

Veículo: Salvador Notícias
Data: 23/02/2015
Seção: Notícias
Página: http://www.salvadornoticias.com/2015/02/cursos-da-universidade-corporativa-tem.html

Anuncie Contato Expediente Blogs Carnaval Novelas

Salvador NOTÍCIAS.com — Notícias, Reportagens, Cultura e Entretenimento

GOSTOU DESSE ESPAÇO? ANUNCIE AQUI! SE VOCÊ VIU, SEU CLIENTE TAMBÉM VERÁ!

Capa Eventos » Dicas » Notícias » Colunas » Gastronomia » Cultura » Ações Sociais » Auto Esportes Saúde » Vc No SN »

Salvador NOTÍCIAS

Seja bem-vindo. Hoje é Terça-feira, 31 de março de 2015

Cursos da Universidade Corporativa têm início no mês de março

Curtir 0 Tweet 1 +1 0 Share

Módulos são voltados para a qualificação e atualização de profissionais que atuam nos serviços de saúde da Bahia.

A Universidade Corporativa (UCAS) dará início, no mês de março, a grade de cursos voltados para a qualificação e atualização de profissionais que atuam nos serviços de saúde da Bahia, como hospitais, clínicas e laboratórios, e de outros setores do mercado. Dentre os cursos disponíveis, estão os de Gestão de Processos e Controles Financeiros, de Gestão de Contratos e o de Logística de Suprimento. A aula inaugural ocorrerá no dia 6 de março, no auditório do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA), e tem como tema a capacitação sobre Líderes de Coach.

Neste primeiro curso, serão discutidas as características e estilos de liderança, conceitos e desdobramentos da Inteligência Emocional, os aspectos da negociação e gestão de conflitos, além de apresentar o coaching como ferramenta de desenvolvimento de competências. A carga-horária é de 12h e o investimento é de R$ 380 – associados tem desconto de R$ 100. Para participar deste e dos demais cursos da UCAS, os interessados deverão realizar inscrições através do site: www.ucasaude.com.br.

Trânsito ao vivo — Trânsito ao vivo — Confira!

Av. ACM — Livestream — Pause Full — Trânsito ao Vivo

Comemore! — 31 de Março

Curta-nos — Salvador Notícias — Curtir — 18.246 pessoas curtiram Salvador Notícias.

Veículo: Salvador Acontece
Data: 21/02/2015
Seção: Geral
Página: http://www.salvadoracontece.com/2015/02/cursos-da-universidade-corporativa.html

Veículo: Lume Comunicação Integrada
Data: 20/02/2015
Seção: Notícias
Página: http://www.lumecomunicacao.com.br/noticias.aspx?id=865

CURSOS DA UNIVERSIDADE CORPORATIVA TÊM INÍCIO NO MÊS DE MARÇO

A Universidade Corporativa (UCAS) dará início, no mês de março, a grade de cursos voltados para a qualificação e atualização de profissionais que atuam nos serviços de saúde da Bahia, como hospitais, clínicas e laboratórios, e de outros setores do mercado. Dentre os cursos disponíveis, estão os de Gestão de Processos e Controles Financeiros, de Gestão de Contratos e o de Logística de Suprimento. A aula inaugural ocorrerá no dia 6 de março, no auditório do Sindicato dos Hospitais e Estabelecimentos de Serviços de Saúde do Estado da Bahia (SINDHOSBA), cliente da Lume Comunicação Integrada, e tem como tema a capacitação sobre Líderes de Coach.

Neste primeiro curso, serão discutidas as características e estilos de liderança, conceitos e desdobramentos da Inteligência Emocional, os aspectos da negociação e gestão de conflitos, além de apresentar o coaching como ferramenta de desenvolvimento de competências. A carga-horária é de 12h e o INVESTIMENTO é de R$ 380 – associados tem desconto de R$ 100. Para participar deste e dos demais cursos da UCAS, os interessados deverão realizar inscrições através do site: www.ucasaude.com.br.

Notícias

EMPREENDIMENTOS HORIZONTAIS GANHAM MAIS ADEPTOS ENTRE OS INVESTIDORES

HOSPITAL SÃO RAFAEL DISPONIBILIZA VACINA CONTRA GRIPE PARA GRUPOS NÃO PRIORITÁRIOS

SHOPPING BELA VISTA REALIZA EXPOSIÇÃO SOBRE MÃE STELLA

GESTÃO DE SAÚDE NA BAHIA É TEMA DE FÓRUM REALIZADO EM FEIRA DE SANTANA

BAIANOS CONTRIBUINTES TÊM ATÉ ESTÁ QUINTA-FEIRA (30) PARA DECLARAR IMPOSTO DE RENDA

Página Anterior Próxima Página

LUME 30

A Lume Comunicação, agência com 30 anos de

Veículo: Tribuna da Bahia
Data: 31/12/2014
Seção: Bahia/Saúde
Página: http://www.tribunadabahia.com.br/2014/12/31/associacao-dos-hospitais-particulares-diz-que-faltam-incentivos-ao-setor

Faça sua assinatura da Tribuna da Bahia (71) 3322-7266

Anuncie no site da Tribuna da Bahia (71) 3022-6046

Tribuna da Bahia | iG Bahia

Salvador - BA 18/06/2015 29° 22° Parcialmente Nublado CPTEC/INPE

TRÂNSITO AO VIVO

WhatsApp: 71 9206-5826

QUINTA-FEIRA, 18 DE JUNHO DE 2015

CANAIS | COLUNISTAS | MAIS TRIBUNA | MUNICÍPIOS | RAIO LASER | Buscar

FIQUE SABENDO AGORA Coloque de graça as notícias da Tribuna no seu site

Bahia / Saúde

Associação dos Hospitais Particulares diz que faltam incentivos ao setor

Os procedimentos mais solicitados foram parto normal, parto cesariano, doenças infecciosas e intestinais, pneumonia ou gripo e curetagem pós-aborto

por Tamirys Machado

Publicada em 31/12/2014 14:40:57

Tweetar 1 Recomendar Compartilhar 1 g+1 0

Após a matéria publicada na edição de ontem, da **Tribuna da Bahia**, divulgando o número de pacientes que têm plano de saúde e são internados na rede pública do país, o presidente da Associação dos Hospitais Particulares da Bahia, o médico Ricardo Costa, explicou quais os motivos que podem levar a essa situação.

Costa avalia que os hospitais particulares têm estrutura física para atender a demanda do estado. "Temos uma rede completa de estrutura física em perfeito estado. Não tem dificuldade de equipamento para o atendimento do pós-traumatizado, porém temos problema crônico na cidade, tanto na rede pública como na particular, de falta de leitos", afirmou. Segundo o presidente, falta um incentivo do governo à rede de saúde no estado. "Estão faltando algumas medidas do governo para o setor de saúde que estimulem o empresariado a ampliar as estruturas".

Conforme ele, esse incentivo seria isenção fiscal, linha de crédito diferenciada para compras de equipamentos novos, já que a indústria médica se atualiza a cada dia. "Para construir uma fábrica de automóveis tem todo um apoio do governo, mas para um hospital não tem. Sendo que um hospital de 250 leitos, por exemplo, tem no mínimo duas mil pessoas contratadas. A gente espera que o governo entenda que o setor de saúde precisa ser visto de uma melhor maneira", ressaltou.

Ainda de acordo com o estudo realizado pela Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS) e o Ministério da Saúde, os procedimentos mais solicitados foram parto normal, parto cesariano, doenças infecciosas e intestinais, pneumonia ou gripo e curetagem pós-aborto. Conforme o mapeamento da Agência Nacional de Saúde Suplementar (ANS), a Bahia ocupa o 6º lugar no ranking nacional de notificações das AIH (Autorizações de Internação Hospitalar), com 44.490 notificações, entre 2008 e 2012, de pessoas que têm plano de saúde e recorreram ao SUS. No Brasil, o número de AIH nesses casos ultrapassa a casa de um milhão. Já em relação ao Nordeste, o estado baiano ocupa a primeira posição.

Conforme doutor Ricardo Costa, três fatores devem ser levados em conta na hora de analisar os dados: o atendimento do Samu (Serviço de Atendimento Móvel de Urgência), que leva o paciente socorrido para a rede pública do estado, a cobertura dos Planos de Saúde e as exigências de alguns planos pela coparticipação do beneficiário que utiliza os planos. "Quando o paciente está acidentado e o Samu presta o socorro, a orientação é, no primeiro momento, levá-lo para o hospital público. Posso dizer isso

PUBLICIDADE

SIGA A TRIBUNA

ÚLTIMAS

CIDADE 10:56 Prefeitura vai selecionar mais de mil professores para contrato temporário

CIDADE 10:52 Secretaria da Saúde esclarece sobre a paralisação dos médicos do município

CIDADE 09:58 Acidentes em série travam Salvador

BRASIL - EDUCAÇÃO 09:21 Prouni: Inscrições terminam hoje

BRASIL 08:52 Diário Oficial publica novas regras para o cálculo de aposentadorias

MAIS LIDAS

SEGURANÇA 16/06 Tenente que atirou no cachorro da vizinha é afastado da Polícia Militar

FAMOSOS 16/06 Ex-BBB dispara: "Parece que vendi a alma ao demônio ao entrar no BBB"

TECNOLOGIA 14/06 GVT está com seus dias contados

TECNOLOGIA 14/06 Facebook muda para dar valor ao tempo que usuário passa em post

POLÍTICA 16/06 ACM Neto fala sobre sua saída do DEM

Veículo: Blog Ronaldo Leite
Data: 18/12/2014
Seção: Bahia
Página: http://jronaldoleite.blogspot.com.br/2014/12/bahia-ministerio-da-saude-fara-repasses.html

Ronaldo Leite

Inhambupe - informação 24h

Início | Editorial | Cidades | Inhambupe | Bahia | Brasil | Famosos | Poesias | Entrevistas | Missão | Contatos | Mundo

quinta-feira, 18 de dezembro de 2014

Bahia - Ministério da Saúde fará repasses incompleto para o sus no Estado

O presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, Ricardo Pereira Costa, afirma que foi informado nesta quinta-feira (18) de que o Ministério da Saúde não tem recursos para fazer os pagamentos referentes aos procedimentos realizados em outubro por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Costa, o secretário de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Washington Couto, informou que, por conta da falta de orçamento (que compromete os repasses), serão pagos apenas 70% dos recursos referentes às atividades de média e alta complexidades. Os 30% restantes de outubro, e os pagamentos de novembro e dezembro ainda estão sem previsão.

"O SUS responde por uma fatia significativa do faturamento dos estabelecimentos da rede suplementar, sobretudo os filantrópicos e os sediados no interior da Bahia", disse o presidente da entidade, citando o fechamento recente do hospital Calixto Midley, em Itabuna, e o Hospital Regional Dantas Bião, em Alagoinhas, que está sem atendimento médico. | brasil247

Compartilhe com seu amigo. Atualizado!
Ronaldo Leite
EUROP
Leite
Representante Au

Veículo: Brasil 247
Data: 18/12/2014
Seção: Bahia
Página: http://www.brasil247.com/pt/247/bahia247/164146/Minist%C3%A9rio-da-Sa%C3%BAde-far%C3%A1-repasse-incompleto-para-o-SUS-na-Bahia.htm

MINISTÉRIO DA SAÚDE FARÁ REPASSE INCOMPLETO PARA O SUS NA BAHIA

SUS
SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE

O presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, Ricardo Pereira Costa, afirma que foi informado nesta quinta-feira (18) de que o Ministério da Saúde não tem recursos para fazer os pagamentos referentes aos procedimentos realizados em outubro por meio do Sistema Único de Saúde (SUS); "O SUS responde por uma fatia significativa do faturamento dos estabelecimentos da rede suplementar, sobretudo os filantrópicos e os sediados no interior da Bahia", diz Ricardo Costa

18 DE DEZEMBRO DE 2014 ÀS 19:58

Bahia 247 - O presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, Ricardo Pereira Costa, afirma que foi informado nesta quinta-feira (18) de que o Ministério da Saúde não tem recursos para fazer os pagamentos referentes aos procedimentos realizados em outubro por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Costa, o secretário de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Washington Couto, informou que, por conta da falta de orçamento (que compromete os repasses), serão pagos apenas 70% dos recursos referentes às atividades de média e alta complexidades. Os 30% restantes de outubro, e os pagamentos de novembro e dezembro ainda estão sem previsão.

"O SUS responde por uma fatia significativa do faturamento dos estabelecimentos da rede suplementar, sobretudo os filantrópicos e os sediados no interior da Bahia", disse o presidente da entidade, citando o fechamento recente do hospital Calixto Midley, em Itabuna, e o Hospital Regional Dantas Bião, em Alagoinhas, que está sem atendimento médico.

SIGA-NOS NO GOOGLE+
Brasil 247
Seguir +1
+ 6.778
CURTA NO FACEBOOK
Brasil 247
Like 580.188
COMPARTILHE!
Like Share 3
Tweetar 3
+1 1
Pinit
Enviar por E-mail
Imprimir
Comentários

Veículo: Polícia e Política
Data: 19/12/2014
Seção: Notícias
Página: http://www.policiaepolitica.com.br/2014/12/19/

DEZEMBRO 19TH, 2014

MINISTÉRIO DA SAÚDE FARÁ REPASSE INCOMPLETO PARA O SUS NA BAHIA

Redação | Notícias | 19 de dezembro de 2014 - 08:02

O presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, Ricardo Pereira Costa, afirma que foi informado nesta quinta-feira (18) de que o Ministério da Saúde não tem recursos para fazer os pagamentos referentes aos procedimentos realizados em outubro por meio do Sistema Único de Saúde (SUS); "O SUS responde por uma fatia significativa do faturamento dos estabelecimentos da rede suplementar, sobretudo os filantrópicos e os sediados no interior da Bahia", diz Ricardo Costa

O presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia, Ricardo Pereira Costa, afirma que foi informado nesta quinta-feira (18) de que o Ministério da Saúde não tem recursos para fazer os pagamentos referentes aos procedimentos realizados em outubro por meio do Sistema Único de Saúde (SUS).

De acordo com Costa, o secretário de Saúde do Estado da Bahia (Sesab), Washington Couto, informou que, por conta da falta de orçamento (que compromete os repasses), serão pagos apenas 70% dos recursos referentes às atividades de média e alta complexidades. Os 30% restantes de outubro, e os pagamentos de novembro e dezembro ainda estão sem previsão.

"O SUS responde por uma fatia significativa do faturamento dos estabelecimentos da rede suplementar, sobretudo os filantrópicos e os sediados no interior da Bahia", disse o presidente da entidade, citando o fechamento recente do hospital Calixto Midley, em Itabuna, e o Hospital Regional Dantas Bião, em Alagoinhas, que está sem atendimento médico.

Share 0 Tweet 0 Email 0 Share 2

Página Principal
BUSCAR
novembro 2011
outubro 2011
setembro 2011
agosto 2011
julho 2011
junho 2011
maio 2011
abril 2011
março 2011
fevereiro 2011
janeiro 2011
dezembro 2010
novembro 2010

AGENDA

dezembro 2014

S	T	Q	Q	S	S	D
1	2	3	4	5	6	7
8	9	10	11	12	13	14
15	16	17	18	19	20	21
22	23	24	25	26	27	28
29	30	31				

« nov jan »

Name
Email
Comment
Submit

TRÂNSITO AO VIVO

TV POLÍCIA E POLÍTICA

Veículo: Gente & Mercado
Data: 11/12/2014
Seção: Bahia
Página: http://www.genteemercado.com.br/rede-privada-de-hospitais-da-bahia-classificou-2014-como-muito-dificil/

Rede privada de hospitais da Bahia classificou 2014 como muito difícil

210 Bahia 6 meses atrás Sara Barnuevo 0

A Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb) classificou o ano de 2014 como muito difícil. De acordo com os representantes de hospitais clínicas e laboratórios, eventos como a Copa do Mundo e as Eleições contribuíram para a redução do número de atendimentos nas unidades privadas de saúde baianas.

"A expectativa de aumento de volume de atendimento em decorrência do Mundial não se concretizou. Poucos pacientes foram atendidos porque estavam assistindo ao Mundial, era feriado. As urgências sempre se mantiveram, mas o público eletivo, que responde por cerca de 60% dos atendimentos nessas unidades, diminuiu", afirma.

Costa alertou para as dificuldades financeiras enfrentadas pelo Sistema Único de Saúde (SUS), o que segundo ele contribuíram para o fechamento de várias unidades do interior do Estado. "A Ahseb registrou pelo menos 80 instituições fechadas ao longo de 2014. Por falta de pagamento do SUS, por diminuição de cotas de atendimento e por problemas de repasse", disse.

Ele também chamou a atenção para a defasagem da tabela do SUS e para a inadimplência do Sistema com os estabelecimentos.

Newsletter
OK

Facebook
Gente E Mercado
Curtir
6.030 pessoas curtiram Gente E Mercado.
Plug-in social do Facebook

Próximos eventos

Veículo: Bahia Notícias
Data: 11/12/2014
Seção: Saúde
Página:http://www.bahianoticias.com.br/saude/noticia/13252-ahseb-registrou-80-instituicoes-de-saude-fechadas-por-dificuldades-financeiras-em-2014.html

BN SAÚDE

PÁGINA INICIAL ESPORTES HOLOFOTE CULTURA SAÚDE JUSTIÇA MUNICÍPIOS RSS quem somos fale conosco Google+

Em Blog | Artigos | Diagnóstico do Leitor | Em Forma | Sexo | Mais de Saúde | Entrevistas | Colunistas

BAHIA GOVERNO DO ESTADO

Você está em: Home » Saúde » Notícia

Quinta, 11 de Dezembro de 2014 - 19:10

Ahseb registrou 80 instituições de saúde fechadas por dificuldades financeiras em 2014

O Sistema Único de Saúde passa por dificuldades financeiras, o que levou ao fechamento de algumas unidades no estado da Bahia. A afirmação foi de Ricardo Pereira Costa, presidente da Associação de Hospitais e Serviços de Saúde do Estado da Bahia (Ahseb). "A Ahseb registrou pelo menos 80 instituições fechadas ao longo de 2014. Por falta de pagamento do SUS, por diminuição de cotas de atendimento e por problemas de repasse", opinou Costa. O presidente, entretanto, tem uma visão otimista para 2015, que, segundo ele "será um ano de fortalecer as articulações políticas, juntamente com a Federação Estadual de Saúde e a Confederação Nacional de Saúde". Ele comentou que existem demandas de origem tributária no Congresso Nacional que precisam ser trabalhadas. Um projeto de lei que vai regulamentar a contratação de enfermeiros, por exemplo, é uma delas. "Caso seja aprovado, a carga horária diminuirá de 36 para 30 horas semanais. Com a manutenção dos salários, o impacto na folha dos hospitais será de 25%. Essa é uma questão muito séria, porque os hospitais não terão condições de manter o mesmo salário com a carga horária menor", avaliou. Quanto a questões tributárias, Costa afirmou que não há qualquer tipo de incentivo para o setor, que representa 10,8% do Produto Interno Bruto (PIB) nacional.

Tweet 2 Compartilhar Curtir 1 Comentar

Alimentação

23/03/2015 - 17:10
Modo de cozinhar arroz pode torná-lo menos calórico, garantem cientistas

23/03/2015 - 08:10
OMS divulga que consumo de açúcar deve ser reduzido pela metade para maiores benefícios

09/03/2015 - 13:10
Chocolate, pizza e batata frita

Bahia Notícias Curtir

378.169 pessoas curtiram Bahia Notícias.

Plug-in social do Facebook

Busca

ok

Ver histórico de notícias

HOSPITAL MARTAGÃO GESTEIRA. O CORAÇÃO DE TODA BAHIA BATE AQUI.